

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	10
3.4 - Política destinação de resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos	13
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	20
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	21
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	22
4.5 - Processos sigilosos relevantes	23
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	24
4.7 - Outras contingências relevantes	25
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	26

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	27
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	28
5.3 - Descrição - Controles Internos	29

Índice

5.4 - Programa de Integridade	32
5.5 - Alterações significativas	33
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	34
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	35
6.3 - Breve histórico	36
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	39
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	40
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	41
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	42
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	43
7.3 - Produção/comercialização/mercados	44
7.4 - Principais clientes	47
7.5 - Efeitos da regulação estatal	48
7.6 - Receitas relevantes no exterior	50
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	51
7.8 - Políticas socioambientais	52
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	53
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	54
8.2 - Alterações na condução de negócios	55
8.3 - Contratos relevantes	56
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	57
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	58
9.1.a - Ativos imobilizados	59
9.1.b - Ativos Intangíveis	60
9.1.c - Participação em sociedades	61
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	62
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	63

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	72
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	73
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	74
10.5 - Políticas contábeis críticas	80
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	92
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	93
10.8 - Plano de Negócios	94
10.9 - Outros fatores com influência relevante	95
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	96
11.2 - Acompanhamento das projeções	97
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	98
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	101
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	104
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	105
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	106
12.7/8 - Composição dos comitês	111
12.9 - Relações familiares	112
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	114
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	118
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	119
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	120
13.2 - Remuneração total por órgão	123
13.3 - Remuneração variável	127
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	129
13.5 - Remuneração baseada em ações	130
13.6 - Opções em aberto	131
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	132
13.8 - Precificação das ações/opções	133

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	134
13.10 - Planos de previdência	135
13.11 - Remuneração máx, mín e média	136
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	137
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	138
13.14 - Remuneração - outras funções	139
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	140
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	141
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	142
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	143
14.3 - Política remuneração dos empregados	144
14.4 - Relações emissor / sindicatos	146
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	147
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	148
15.3 - Distribuição de capital	156
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	157
15.5 - Acordo de Acionistas	158
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	159
15.7 - Principais operações societárias	160
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	161
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	162
16.2 - Transações com partes relacionadas	163
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	164
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	165
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	166
17.2 - Aumentos do capital social	167
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	168
17.4 - Redução do capital social	169

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	170
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	171
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	172
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	173
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	174
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	175
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	176
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	177
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	178
18.8 - Títulos emitidos no exterior	179
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	180
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	181
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	182
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	183
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	184
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	185
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	186
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	187
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	188
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	189
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	192
21.3 - Responsáveis pela política	196
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	197

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Ivan Zanovello Ciruelos

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fabiano Lobo de Moraes

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Ivan Zanovello Ciruelos e Fabiano Lobo de Moraes

Cargo do responsável

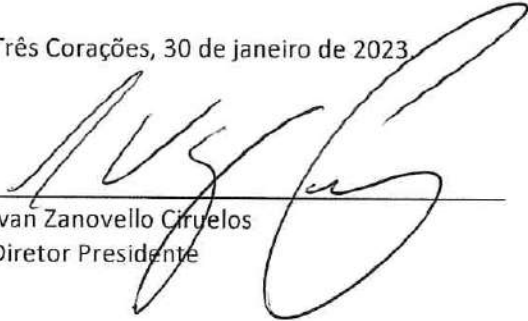
Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Eu, Ivan Zanovello Ciruelos, Diretor Presidente da Mangels Industrial S.A., em atendimento ao anexo C da Resolução CVM nº 80/2022, declaro que:

- a. Revi o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/2022, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Três Corações, 30 de janeiro de 2023.


Ivan Zanovello Ciruelos
Diretor Presidente

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Fabiano Lobo de Moraes, Diretor de Finanças, Administração e Relação com Investidores da Mangels Industrial S.A., em atendimento ao anexo C da Resolução CVM nº 80/2022, declaro que:

- a. Revi o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/2022, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Três Corações, 30 de janeiro de 2023.



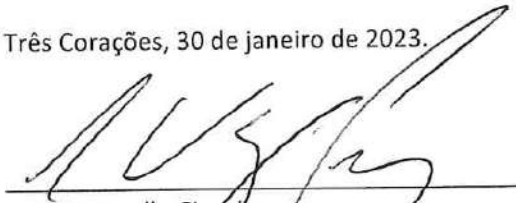
Fabiano Lobo de Moraes
Diretor de Finanças, Administração e
Relações com Investidores

1.3 – Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

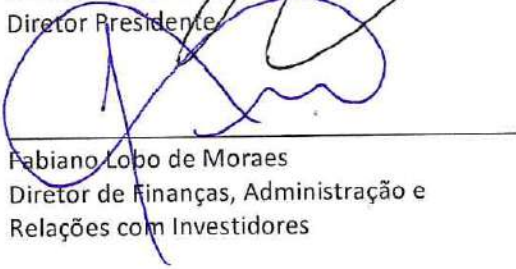
Ivan Zanovello Ciruelos Diretor Presidente e Fabiano Lobo de Moraes Diretor de Finanças, Administração e Relação com Investidores da Mangels Industrial S.A., em atendimento ao anexo C da Resolução CVM nº 80/2022, declaramos que:

- a. Revimos o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/2022, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Três Corações, 30 de janeiro de 2023.



Ivan Zanovello Ciruelos
Diretor Presidente



Fabiano Lobo de Moraes
Diretor de Finanças, Administração e
Relações com Investidores

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes Ltda.
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	01/01/2021
Descrição do serviço contratado	Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir de relatório de auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais contemplando o balanço patrimonial individual e consolidado e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 372.750,00
Justificativa da substituição	Troca periódica da auditoria externa.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Kátia Dantas	01/09/2021	146.455.868-07	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, Torre A, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39401500, e-mail: kdantas@kpmg.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	-251.234.000,00	-400.833.000,00	-370.634.000,00
Ativo Total	590.337.000,00	398.018.000,00	366.686.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	862.974.000,00	546.451.000,00	556.332.000,00
Resultado Bruto	130.753.000,00	80.680.000,00	93.578.000,00
Resultado Líquido	149.330.000,00	-30.980.000,00	-6.474.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria Unidade	5.783.212	5.783.212	5.783.212
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-43,441949	-69,309754	-64,087915
Resultado Básico por Ação	25,821291	-5,356885	-1,119447

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

a) Valor das medições não contábeis

O EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization), ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização, é um indicador financeiro adotado pela Administração da Companhia como uma forma de mensurar seu desempenho, sendo elaborado em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 e conciliada com as demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia entende que a utilização do EBITDA como medida de desempenho, é apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor.

Seguem abaixo os valores de EBITDA da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

	Em milhares de R\$		
	2021	2020	2019
Resultado operacional próprio	193.144	78.576	47.190
(+) Depreciação e amortização	19.068	18.858	18.345
EBITDA	212.212	97.434	65.535

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA e o resultado líquido divulgado nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

	Em milhares de R\$		
	2021	2020	2019
(=) Resultado líquido do exercício	149.330	(30.980)	(6.474)
(+) Imposto de renda e contribuição social	40.823	2.482	2.485
(+) Despesas financeiras líquidas	2.991	107.074	51.179
(+) Depreciação e amortização	19.068	18.858	18.345
(=) EBITDA	212.212	97.434	65.535

c) Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA como indicador não contábil, pois acredita ser uma medida mais prática e apropriada para mensurar seu desempenho operacional, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de seus negócios, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia acredita que o EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia, porém de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não é uma medida de desempenho financeiro e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa a

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às demonstrações financeiras auditadas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Nenhum evento subsequente relevante ocorreu após a publicação das Demonstrações Financeiras.

3.4 – Política destinação de resultados

	2021	2020	2019
Regras sobre retenção de lucros	Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a Retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em Investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art.32 Do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA. De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração delibere destino diverso.	Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a Retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em Investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art.32 Do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA. De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração delibere destino diverso.	Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a Retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em Investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art.32 Do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA. De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração delibere destino diverso.
Valores das retenções de lucros	Na Assembleia Geral Ordinária de 2022, aprovaram a destinação do lucro líquido, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para a conta de prejuízos acumulados.	Na Assembleia Geral Ordinária de 2021, em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o resultado foi destinado a conta de prejuízos acumulados.	Na Assembleia Geral Ordinária de 2020, em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado foi destinado a conta de prejuízos acumulados.
Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.

Periodicidade das distribuições de dividendos	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em “Regras sobre a distribuição de dividendos”.	As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em “Regras sobre a distribuição de dividendos”.	As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em “Regras sobre a distribuição de dividendos”.
Política de distribuição de resultados	A destinação do lucro líquido foi aprovado pelo Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022, e consta no Estatuto Social disponível para consulta no site da Companhia: www.mangels.com.br e no da CVM: www.cvm.org.br	A destinação do lucro líquido foi aprovado pelo Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2021, e consta no Estatuto Social disponível para consulta no site da Companhia: www.mangels.com.br e no da CVM: www.cvm.org.br	A destinação do lucro líquido foi aprovado pelo Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16 de julho de 2020, e consta no Estatuto Social disponível para consulta no site da Companhia: www.mangels.com.br e no da CVM: www.cvm.org.br

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não distribuiu dividendos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetivou dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	0,00	Outros índices	3,22000000	Dívida líquida / EBITDA. A Companhia utiliza o indicador financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, por entender que é um indicador mais adequado para suas operações.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		14.405.859,60	138.669.210,27	2.234.932,04	3.352.398,06	158.662.399,97
Empréstimo	Quirografárias		30.567.758,62	52.028.640,70	490.853.938,42	0,00	573.450.337,74
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Tipo de garantia - Credores fiduciários	5.114.097,83	4.583.334,20	0,00	0,00	9.697.432,03
Total			50.087.716,05	195.281.185,17	493.088.870,46	3.352.398,06	741.810.169,74
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que são propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos a receber, fornecedores e mútuo com partes relacionadas, aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- Aplicações financeiras: tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações financeiras.
- Empréstimos e financiamentos: tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.

O nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

CENÁRIO ECONÔMICO – 2021

Diante de um cenário onde as incertezas e os impactos provocados pela pandemia Global do COVID-19, está sendo desafiador prever índices e resultados para a economia, devido a isso as projeções exigem cautela.

No setor Veículos Automotores, conforme divulgado pela ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) apresentou suas estimativas para o ano de 2021 de um aumento de 25% na produção.

No Mercado de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) com o isolamento social dos brasileiros em suas residências devido à pandemia, o consumo nos últimos meses aumentou cerca de 23% segundo o Ministério de Minas e Energia. Segundo entrevista do dia 11/01/2021 o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicato), Sergio Bandeira de Mello, relatou: “Em relação ao GLP, a expectativa do setor é de crescimento da demanda em torno de 1,5% a 2% em 2021”.

Conforme dados da Abraciclo a projeção de produção de motocicletas para o ano de 2021 terá um aumento na produção de 10,2% comparado ao ano de 2020.

Diante desse cenário, as novas estimativas são mais otimistas, a econômica parece estar adaptando-se às atividades intensivas com o passar do tempo. As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentam uma modesta melhora do PIB mundial de 4% para 2021. Em um cenário positivo, com pandemia controlada e a vacinação rápida, o crescimento global poderia acelerar para quase 5%, estima a instituição.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais que sejam individualmente relevantes para a Companhia ou suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Descrevemos os processos que, quando considerados em conjunto, são relevantes em função do valor envolvido e de acordo com avaliação de nossos assessores legais possuem a classificação de risco de perda como possível e não têm provisões reconhecidas contabilmente. Tais processos estão representados por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

a) Tributárias

IPI – Compensações de créditos presumidos de IPI dos anos de 1996, 2002, 2003, 2004, 2005, 2007, 2008, 2009, 2012 e 2013, não homologados pela Receita Federal. O montante atualizado é de R\$ 43.808, atualizado até em 31 de março de 2022 (R\$ 43.458 em 31 de dezembro de 2021).

IRPJ – Discute-se homologação parcial do pedido de compensação do saldo negativo de IRPJ do ano de 2005. O montante é de R\$ 395, atualizado até em 31 de março de 2022 (R\$ 723 em 31 de dezembro de 2021).

Salário-Educação – Discute-se a imposição de multa em razão do não recolhimento das contribuições de segurados a seu serviço; a imposição de multa em razão da não correção de arquivos digitais apresentados; a imposição de multa em razão da não apresentação de documentos contábeis solicitados em procedimento de apuração fiscal; a exigência de contribuições, destinadas ao salário-educação (FNDE), incidentes sobre valores apurados em aferição indireta, arbitrados com base em diferenças entre valores identificados nas Declarações de Imposto de Renda (DIPJ) e na Folha de Salários, atinentes aos anos de 2002, 2003, 2004 e 2006. O montante é de R\$ 828, atualizado até em 31 de março de 2022 (R\$ 813 em 31 de dezembro de 2021).

CSLL – Discute-se da homologação de créditos decorrentes de saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2004, 2005 e 2006. O montante é de R\$ 18.265, atualizado até em 31 de março de 2022 (R\$ 12.928 em 31 de dezembro de 2021).

PIS/COFINS – Compensações de créditos presumidos de Pis e Cofins no período de janeiro a novembro de 2002, 1º trimestre de 2006, 3º trimestre de 2008. O montante é de R\$ 6.633, atualizado até em 31 de março de 2022 (R\$ 6.596 em 31 de dezembro de 2021).

b) Trabalhista

A Companhia é parte em ações movidas por ex-funcionários pleiteando entre outras verbas, horas extras, periculosidade, insalubridade, intervalo intrajornada, danos materiais e morais, perfazendo o montante de R\$ 2.307 atualizado até 31 de março de 2022 (R\$ 2.309 em 31 de dezembro de 2021).

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não apresenta outras contingências relevantes não abrangidas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não aplicável, pois a Companhia é de origem Brasileira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos. No entanto, possui normas internas que norteiam a gestão de riscos, aprovadas pelo Comitê Financeiro, formado por membros do Conselho de Administração, da Diretoria e da Gerência Financeira.

Essas normas, tem por objetivo:

1. Exposição cambial de caixa;

- a. a saldo de caixa deve ser suficiente para cobrir 12 meses de obrigações a pagar em dólares;
- b. em caso de excesso de caixa, a Tesouraria irá transferir o valor para o Brasil mensalmente.

2. Compliance para movimentação financeira;

- a. Risco de concentração (sobre disponível)
- b. Risco de crédito (sobre disponível)
- c. Risco de liquidez
- d. Risco de ativos

3. Antecipações estratégicas a fornecedores.

Todas as antecipações estratégicas a fornecedores devem ser aprovadas previamente pela Diretoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As informações pertinentes constam no item 5.1 deste relatório de referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) As principais práticas de controles internos e a grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Companhia dispõe de políticas e procedimentos divulgados aos seus colaboradores com o objetivo de orientar e estabelecer parâmetros dos processos para alinhamento às estratégias da organização. O sistema de controles internos está estruturado para assegurar a efetividade das suas operações, de seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis. A efetividade do sistema é avaliada pelos auditores independentes como parte dos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras e por auditorias feitas diretamente pelas áreas de auditoria interna e controladoria, cujos relatórios contribuem para ações de melhoria contínua.

A Auditoria Interna de forma independente reporta as recomendações de melhorias necessárias aos processos, bem como realiza o monitoramento efetivo do Relatório de Controles Internos da auditoria externa. Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que a Companhia mantém controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras.

Constantemente, há adequação dos controles internos a fim de acompanhar eventuais mudanças nas condições existentes nos processos e garantir a conformidade com as políticas internas, legislação e normas vigentes.

Os relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, são elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Companhia conta com o ERP SAP, eficiente, seguro, reconhecido mundialmente e presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do Mundo.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas:

Dentro da estrutura de governança da companhia a Diretoria, a qual é composta pelos diretores estatutários, dentre outras atribuições respondem pelas informações das demonstrações financeiras, tendo como suporte para a elaboração dessas informações, a Controladoria onde se concentram de forma corporativa a contabilidade da empresa Mangels, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A Auditoria Interna Corporativa atesta a cobertura de avaliação para os processos relevantes da organização, levando em consideração os objetivos estratégicos da companhia, avaliando a eficácia dos controles internos frente a possíveis riscos.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do Emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna Corporativa são reportados ao Conselho de Administração, e aos Diretores e Gerentes dos processos avaliados.

Para todas as deficiências apresentadas são solicitados à gestão a elaboração de planos de ação, sendo os mesmos monitorados posteriormente pela auditoria para fins de follow-up e de acompanhamento de indicadores de conformidade. A Controladoria Corporativa monitora e acompanha todos os planos de ação originados dos pontos de melhoria de controles internos que integram o relatório de recomendações e comentários emitidos pela auditoria externa. Monitora os planos de ação relativos as melhorias ou implementações de controles internos chaves em resposta aos riscos corporativos mapeados, reportando à diretoria da companhia, bem como ao Conselho de Administração os resultados desse gerenciamento.

- (d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:**

Parte B - Recomendações originárias de auditorias/revisões anteriores, ainda não solucionadas

Procedimentos contábeis

Recomendações para atenção dos responsáveis pela governança (deficiências significativas)

1. Deficiência no acompanhamento dos processos de PIS e COFINS

Situação observada

Visando garantir o seu direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia entrou com três processos que durante o exercício findo de 2019 a Companhia obteve decisão favorável em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos de PIS e COFINS para o período de apuração de tributos de 1992 em diante. Ocorre que a Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, mensurou e reconheceu o correspondente ativo relacionado ao crédito tributário decorrente de dois das três ações judiciais. O terceiro crédito tributário foi registrado durante o exercício de 2021. Esses registros foram efeitos sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábil e Retificação de Erros.

Consequentemente, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e receitas financeiras estão apresentadas a maior em R\$22.322 mil, R\$2.934 mil, R\$14.353 mil, respectivamente, Sendo assim, o prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$33.741 mil.

Durante o mês de Dezembro de 2021 a Companhia finalizou seus esforços no levantamento dos documentos a fim de estimar o valor do crédito de ICMS referente ao processo de 1992 à 2004. O resultado foi a mensuração do período de 2000 à 2004, cujo registro ocorreu em dezembro no valor total de R\$ 11.519 mil com base na métrica “valor destacado”. Ocorre que conforme

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

apurado por nossos especialistas, o valor de R\$ 1.261 mil corresponde a parcela utilizando a métrica “valor pago” que conforme nosso julgamento deveria estar registrado em 2019, quando ocorreu o trânsito em julgado. A diferença entre esses valores, deveria ter sido reconhecida durante o 2º ITR de 2021, quando teve decisão do STF aprovando que a modulação do cálculo é pelo “valor destacado”. Como a Companhia registrou o valor integral em 2021 sem observar o CPC 23, recomendamos o ajuste no valor de R\$ 1.261 que deveriam ter sido reconhecidos na demonstração financeira de 2019.

Recomendação

Recomendamos que o departamento jurídico estabeleça procedimentos de acompanhamento tempestivos sobre 100% dos processos que possa apresentar risco de contingência nos saldos contábeis e que a contabilidade estabeleça controles para mensurar e registrar na competência correta.

Possíveis efeitos

Apresentação do valor do ativo de impostos a recuperar e outras receitas de forma incorreta que afeta os saldos contábeis e análise de índices econômicos.

Comentários da Administração

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia possui o **Código de Conduta** aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de agosto de 2011 e última revisão em 08/04/2022.

O documento pode ser consultado no site da Companhia: <https://mangels.com.br/quem-somos/sustentabilidade>

A Companhia possui o **Canal de Denúncias** disponível para o recebimento de denúncias internas e externas, sendo mantidos o sigilo e a privacidade, não sendo necessário a identificação.

O Canal de Denúncia é independente, administrado pela empresa Contato Seguro. Pode ser acessado através do telefone número **0800 155 0009** e também pelo site: www.contatoseguro.com.br/mangels

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	18/09/1959
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/12/1971

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Mangels foi fundada em 1º de outubro de 1928 por dois imigrantes alemães, Max H. H. Mangels Jr. e Heinrich Kreutzberg. Como o Brasil daquela época ainda não dispunha de sistemas de abastecimento de água, os sócios logo vislumbraram uma grande oportunidade de trabalho: fabricar baldes em aço galvanizado, item até então importado da Europa.

Com um produto tão simples, nascia também a vocação da Empresa de alinhar-se permanentemente às transformações e atender às reais demandas do mercado.

A primeira fábrica da Mangels foi construída no Bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, e até 1969 continuou como a única unidade fabril da empresa.

O mundo vivia momentos conturbados, como a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque e a sucessão de acontecimentos que, anos depois, iriam dar início à 2ª Guerra Mundial.

Já em 1932 a Empresa empreendia seu primeiro programa de diversificação produtiva, passando a fabricar ferragens para as linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica criadas pela Light para um país que iniciava seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento.

E o mercado se modificava. Para acompanhar o novo cenário e reforçando sua vocação pioneira, a Mangels dava início em 1938 à produção de botijões para a distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, o GLP.

No início dos anos 50, com a chegada de Max E. Mangels e Peter Mangels, a Empresa passaria a ser comandada por uma nova geração da família de seus fundadores. Naquela década, o País seria governado pelo Presidente Juscelino Kubitschek que, sob o lema “50 anos em 5”, privilegiou os investimentos nos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Foi a partir de seu incentivo que, em 1958, tiveram início as atividades da indústria automobilística brasileira.

Mais uma vez, a Mangels provava estar conectada com seu tempo, e passava a produzir rodas e autopeças, selando também seu compromisso de qualidade com os mais rigorosos padrões internacionais de fabricação.

Em 1969, a Mangels iniciava seu programa de expansão em duas frentes: a inauguração de sua segunda fábrica, em São Bernardo do Campo, para produção de tiras de aço e a aquisição das empresas Bratal Ferro e Aço e Laminação Panambra. Instalava também o primeiro Centro de Serviços de Aço da América Latina, localizado junto à unidade fabril de aços relaminados. Em 1970, iniciava a fabricação de novos modelos de rodas de aço e fazia já as primeiras exportações destes produtos para os Estados Unidos.

A partir de 1971, a Empresa abre seu capital e passa a ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Em 1972, inaugura sua terceira fábrica, a de Cilindros para GLP, em Três Corações, no Estado de Minas Gerais. Em 1974, adquire mais uma companhia, a Laminação Baukus, voltada à laminação de tiras de aço com avançada tecnologia em ligas e aços tratados termicamente.

Atuando em segmentos altamente exigentes e qualificados, a Mangels logo se tornou sinônimo de qualidade. Foi este reconhecimento que permitiu à Empresa conquistar novos mercados com seus produtos diferenciados. Assim, a Mangels passou a exportar cerca de 15% de sua capacidade, principalmente para os países desenvolvidos, mercado caracterizado pelos elevados níveis de exigência.

Marcando mais uma vez seu pioneirismo e vocação básica de inovação, a Mangels instala em 1989 uma nova fábrica de rodas de liga leve de alumínio, em complementação às rodas de aço. É nesse período que

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

passa a ser estruturada em Unidades de Negócio, com a criação de três divisões: Divisão Aços, Divisão Rodas e Divisão Cilindros.

Essas mudanças ocorreram justamente com a nomeação de Robert (Bob) Mangels à Presidência, representante da terceira geração da família que dirige a Empresa desde a sua fundação.

No Brasil, a década de 90 foi marcada por profundas transformações, como a abertura dos mercados, o aumento de competitividade e o início da incorporação do processo da globalização. O novo executivo promove uma profunda reestruturação, dando foco às atividades eleitas para o “core business”: Aços, Rodas e Cilindros. Os demais negócios foram vendidos ou encerrados.

Um amplo programa de modernização fabril teve também início. Entre os anos de 1994 e 2000 a Mangels investiu mais de US\$ 70 milhões objetivando, principalmente, o aumento de qualidade e produtividade. A fábrica da Mooca, que ainda detinha a atividade de galvanização, foi desativada e transferida para Guarulhos, em São Paulo. Além disso, foram inauguradas as oficinas de requalificação da Divisão Cilindros, passo essencial para que a Mangels pudesse oferecer aos seus clientes um completo rol de produtos e serviços. Também neste período a Empresa obteve a certificação ISO 9000 em suas três divisões.

Foi nessa época também que Robert Mangels passou a implementar uma filosofia de gestão de pessoas baseada nos princípios da liderança participativa, da ética e, acima de tudo, da transparência. Na visão do gestor, este modelo garante a excelência profissional, a valorização e o contínuo aprimoramento dos colaboradores da Mangels.

Em 2003, a Mangels aderiu ao segmento especial denominado Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, formalizando seu compromisso de transparência e uniformização nas informações prestadas ao mercado. Hoje, a Mangels conta com cinco fábricas, localizadas nos municípios de São Bernardo do Campo e Guarulhos, em São Paulo, e Três Corações, em Minas Gerais (fábricas 1 e 2 da Divisão Rodas e fábrica da Divisão Cilindros). Seu escritório central está localizado no Bairro da Chácara Santo Antônio, na Cidade de São Paulo, onde se concentram as atividades financeiras e administrativas.

Em julho de 2006, foi definido o novo plano estratégico da Empresa, para o período de 2007 a 2011, que tem como foco os negócios de maior potencial de crescimento e rentabilidade, a simplificação da gestão, a capacitação dos recursos humanos, e como prioridade absoluta à melhoria operacional e o atendimento aos nossos clientes.

No ano de 2007 a Mangels anunciou a implementação do maior plano de investimentos trienal de sua história, contemplando aumento de capacidade de produção na Divisão Rodas, em Minas Gerais, que em 2006 produzia 1,3 milhão de rodas de alumínio por ano, passando para 1,75 milhão no final de 2007; ampliação e modernização da fábrica de aços relaminados, em São Bernardo do Campo, construção de uma planta nesta mesma cidade do ABC paulista, para atendimento dos seus clientes do centro de serviços de aços e o início da construção de outra fábrica na Zona Franca de Manaus.

Em 2008 a Mangels completou 80 anos. Além desse fato marcante, o ano também teve destaque pelos investimentos realizados. Como parte do plano de investimentos trienal, a Mangels em 2008 investiu R\$ 82,9 milhões, atingindo a soma de R\$ 122,6 milhões de investimentos desde 2007. Foi inaugurada em dezembro de 2008 a nova unidade do centro de serviços de aço na Zona Franca de Manaus, para atendimento dos clientes de Manaus e toda a região Norte. Esta nova unidade fabril tem capacidade anual de produção de 77 mil toneladas de aço.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

De acordo com a estratégia adotada em 2006, os investimentos da Empresa têm sido direcionados principalmente para as Divisões Aços e Rodas. Juntamente com a unidade de Manaus, da Divisão Aços, foram adquiridos diversos equipamentos para a fábrica de São Bernardo do Campo para aumento de capacidade produtiva e de produtividade. A Divisão Rodas recebeu novas máquinas e equipamentos destinados a melhorias de produtividade e qualidade, merecendo menção especial, a linha de pintura horizontal, que propiciará a Mangels fornecer rodas de alumínio para os mercados de países desenvolvidos, visto que esta linha atenderá aos mais elevados padrões de exigências técnicas mundiais.

Os investimentos no ano de 2010 somaram R\$ 66,9 milhões, voltados principalmente para o aumento de eficiência produtiva e para aquisição das quotas representativas de 100% do capital da Superfície Ltda e

E. Koga & Cia. Ltda., que atuam, respectivamente, na requalificação de recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e na separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

Em 2011, os principais investimentos foram para a construção da nova linha de decapagem no Negócio Aços, a aquisição de equipamentos na linha de usinagem e reciclagem de cavacos de alumínio no Negócio Rodas, e para a construção da nova Requalificadora de botijões de GLP na Bahia, inaugurada em agosto de 2011 pelo Negócio Cilindros.

Para enfrentar esses desafios de 2012, a Companhia tomou medidas expressivas. Os negócios de Galvanização foi vendida e o de Aços em São Bernardo do Campo, que operava com margens de lucro insatisfatórias estava em fase de descontinuação.

Como parte de um processo de reestruturação financeira, a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado na Assembleia Geral de Credores ocorrida no dia 05 de dezembro de 2014 e posteriormente, homologado no dia 15 de dezembro de 2014, o que permitindo à Companhia a superação da crise econômico-financeira, proporcionando honrar compromissos com credores, focar em seus negócios e preservar empregos.

Em dezembro de 2015, a Companhia passa a ter como novo endereço de sua sede social o bairro do Planalto, no município de São Bernardo do Campo, alterado em outubro de 2017 para o Centro do próprio município de São Bernardo do Campo.

O decreto de encerramento da Recuperação Judicial se deu em 14 de março de 2017, conforme detalhado no item 6.5 deste Relatório de Referência.

Em 2018, a Mangels comemora 90 anos de história e comprometimento com seus clientes, fornecedores, colaboradores e sociedade em geral. Neste mesmo ano recebe a recomendação para as certificações IATF 16949 e o upgrade da ISO 9001.

Em agosto de 2019, foi inaugurado o novo galpão na Unidade de Rodas e a Linha de Pintura de Verniz Acrílico, a única linha de produção de rodas de alumínio com este acabamento na América Latina.

A Mangels em dezembro de 2021, revoluciona novamente e entra em novo mercado com o lançamento, do novo produto para combater ao princípio de incêndio, o Mangels Antichamas Spray Combate Fogo.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de março de 2017 foi decretado o encerramento da Recuperação Judicial da Mangels, pelo Dr. Marcelo Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, a pedido da Dra. Osana Mendonça, sócia da KPMG Corporate Finance, nomeada como Administradora Judicial.

Essa excelente notícia em um ambiente adverso da economia é fruto de um bem sucedido trabalho de reestruturação, que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e o papel de destaque que sempre teve na cadeia de suprimento da indústria automobilística.

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano com SETE PILARES CHAVES: 1- Estabilização da crise: através de controles rígidos; 2- Liderança: substituição de executivos; 3- Apoio das partes interessadas: comunicação com credores, clientes e colaboradores; 4- Foco estratégico: definição do principal negócio e investimentos; 5- Mudança organizacional: através de mudança de pessoas e criando projetos motivacionais; 6- Melhoria de processos críticos; reduzindo custos e despesas na produção, logística, vendas e administrativas; 7- Reestruturação financeira: reduzindo o capital de giro, controle efetivo do caixa e negociações de prazos com fornecedores e clientes.

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Companhia implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos. O quadro de executivos passou de 52 para 25 cargos, medida que gerou grande economia e agilidade na tomada de decisões. Outro destaque foi a revisão de todos os contratos junto aos fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

Mesmo em Recuperação Judicial, a Mangels investiu mais de R\$ 45 milhões nos últimos quatro anos com a implantação de projetos importantes como o SAP na gestão, injetoras de alumínio, aquisição de novo forno de tratamento térmico e até na implantação da sua primeira célula de usinagem robotizada.

O encerramento da Recuperação Judicial ocorre três meses depois da Mangels ter aprovado o Aditivo que alterou as condições de pagamento estabelecidas no plano inicial, aumentando a carência para mais dois anos, além do prazo de pagamento o que possibilita melhor redistribuição e equilíbrio no fluxo de pagamento da dívida durante o período.

Ao atravessar esta verdadeira prova de fogo, a Companhia está fortalecida, com um time competente e comprometido, pronta para expandir a atuação no mercado produtor de rodas de alumínio, reforçando a sua missão que é ser a 1º opção para clientes, colaboradores e fornecedores, sem esquecer dos seus valores: Transparência, coragem, humildade e confiança.

Os detalhes do aditivo também encontram-se disponíveis no portal da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no portal da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

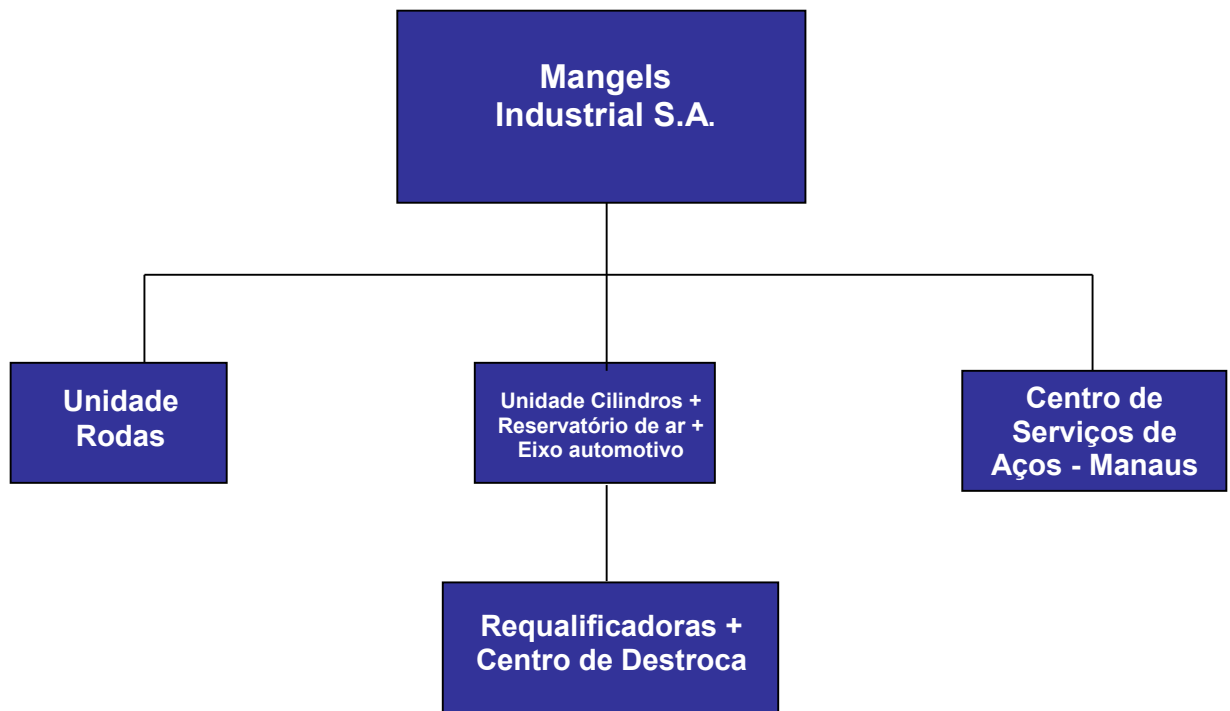
6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Todas as informações que a Companhia julgue relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- *Unidade Rodas*: Situada em Três Corações (MG);
- *Unidade Cilindros*: Situada em Três Corações (MG).
- *Centro de Serviços de Aços*: Instalado em Manaus (AM);



7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

A Companhia não se enquadra como sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

- *Unidade Rodas*: a fábrica produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- *Cilindros*: a fábrica é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR).
- *Centro de Serviços de Aços*: os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial em Manaus (AM), bem como eixos traseiros em forma de lâminas de aço em perfil “V” para automóveis leves, fabricados na planta industrial de Três Corações (MG).

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia e Lucro ou Prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido.

A tabela abaixo apresenta as informações por segmento da Companhia, destacando a participação de cada um na receita líquida e no lucro líquido:

	2021			
	Unidade Rodas	Unidade Cilindros	Unidade Aços	Consolidado
Receita operacional líquida	565.153	225.727	72.094	862.974
% do segmento na receita líquida consolidada	65,50%	26,10%	8,40%	100%
Lucro do período	98.492	34.869	15.969	149.330
% do segmento na lucro líquido consolidado	65,96%	23,35%	10,69%	100%
	2020			
	Unidade Rodas	Unidade Cilindros	Unidade Aços	Consolidado
Receita operacional líquida	292.258	211.496	42.698	546.452
% do segmento na receita líquida consolidada	53,48%	38,70%	7,81%	100%
Prejuízo do período	(17.144)	(12.300)	(1.536)	(30.980)
% do segmento na lucro líquido consolidado	55,34%	39,70%	4,96%	100%
	2019			
	Unidade Rodas	Unidade Cilindros	Unidade Aços	Consolidado
Receita operacional líquida	323.809	182.011	50.512	556.332
% do segmento na receita líquida consolidada	58,20%	32,72%	9,08%	100%
Prejuízo do período	(1.641)	(3.538)	(1.296)	(6.474)
% do segmento na lucro líquido consolidado	25,35%	54,64%	20,01%	100%

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

a. Características do processo de produção

Rodas

O processo padrão para fabricação de alumínio envolve:

- Fundição
- Usinagem
- Acabamento
- Embalagem

Cilindros

- Botijões novos (Recipientes para acondicionamento de GLP)
Material utilizado: aço carbono recebido em bobinas.
Processo: corte, conformação, soldas, tratamento térmico, pintura e teste do produto.
- Requalificação de Botijões:
Processo: serviços de inspeção, troca de alça e base, repintura e fixação de selo para revalidação de botijões.
Este serviço é uma exigência legal da Agência Nacional do Petróleo para Botijões, onde todo novo botijão deve voltar para requalificação após 15 anos de vida e depois de 10 em 10 anos consecutivamente.
- Tanques de ar para sistema de freio de caminhões e ônibus para montadoras.
Material Utilizado: aço carbono recebido em bobinas.
Processo: corte, conformação, soldas, teste e pintura.

Centro de serviços de aços

Os processos de corte longitudinal e transversal, atendem à exigentes especificações e seu moderno sistema de controle de produção oferece lead-time mínimo e garantia de entrega. Para a produção de Eixo V a Mangels conta com alta tecnologia no processo e prensa de grande porte, garantindo assim qualidade e padronização.

b. Características do processo de distribuição

Rodas

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

Cilindros

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Centro de serviços de aços

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

c. Características dos mercados de atuação, em especial

i. participação em cada um dos mercados

Rodas / Cilindros / Centro de serviços de aços: Preponderância é no Mercado Nacional

d. Eventual sazonalidade

Rodas

O desempenho das operações da unidade de negócios de Rodas, sofre diretamente reflexos das variações do mercado automotivo. Tomamos por exemplo a pandemia que paralisou as produções dos nossos clientes e afetou toda a cadeia produtiva, retomando somente a partir do 3º trimestre de 2020 suas atividades de forma gradativa. Outro fator que se destacou foi a falta de componentes que gerou paralisações nas montadoras ao longo do ano de 2021.

Cilindros

O desempenho das operações da unidade de negócios de Cilindros, sofre reflexos das empresas que atuam no setor de GLP e do mercado de veículos pesados. Com o isolamento social devido a pandemia a produção de botijões sofreu reflexo positivo no ano de 2020, voltando a sua normalidade em 2021. Já no mercado de veículos pesados o número de caminhões produzidos foi 74,6% superior ao exercício de 2020 chegando a 158,8 mil unidades produzidas.

Centro de serviços de aços

O desempenho das operações da unidade de negócios de Aços, sofre influências das indústrias de motocicletas e automóveis leves. No setor de motocicletas no acumulado de 2021 foram 1.195 milhão unidades produzidas o qual representa 24,2% de aumento em comparação com o acumulado de 2020 de 962 mil unidades.

e. Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos e matérias primas comprados são: Aço, Alumínio e Zinco, e não estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental.

Na compra de Aço a relação com os fornecedores é de longo prazo e as Usinas no Brasil não negociam contratos formais.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Para a compra de nossa matéria prima e insumo, existem poucos e grandes fornecedores, o que limita a concorrência, com conseqüente volatilidade de preços. A contratação destes fornecedores não está sujeita a controle ou regulamentação governamental.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

iii. eventual volatilidade em seus preços

Na compra de Aço, os preços acompanham movimentos internacionais da commodity, já os preços do Alumínio, acompanham movimentos internacionais estabelecidos pela London Metal Exchange – LME.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes**a. Montante total de receitas provenientes do cliente****b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

<u>Cientes</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>% Receita líquida total</u>	<u>Segmento operacional</u>
Grupo Toyota	161.066	18,66%	Rodas
Grupo Volkswagen	70.796	8,20%	Rodas/Eixo V
Grupo Ultragaz	53.574	6,21%	Cilindros
Outros Cientes	577.598	66,93%	
Total receita líquida	862.974	100,00%	

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Unidade Rodas (Três Corações – MG)

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (SUPRAM, IGAM e FEAM), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Cadastro Técnico Estadual na FEAM, Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal de Três Corações, Alvará de Funcionamento junto a Vigilância Sanitária de Três Corações, Licença de Funcionamento no Departamento de Polícia Federal, Certificado de Registro no Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, Licença de Atividade de Empresa Empresa junto a Polícia Civil de Minas Gerais e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

Unidade Aços (Três Corações – MG)

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (SUPRAM, IGAM e FEAM), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal de Três Corações, Alvará de Funcionamento junto a Vigilância Sanitária de Três Corações, Licença de Funcionamento no Departamento de Polícia Federal, Certificado de Registro no Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, Licença de Atividade de Empresa Empresa junto a Polícia Civil de Minas Gerais e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

Centro de serviços de aços - Manaus

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (IPAAM, SUFRAMA), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Alvará de Funcionamento na Prefeitura de Manaus e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Mangels, por meio das Unidades de Rodas e Aços (Três Corações – MG), compromete-se com a seguinte Política:

- Fornecer produtos com qualidade, preço e prazo competitivos de forma ética e atender aos requisitos aplicáveis aos produtos e seus processos de manufatura;
- Prover uma estrutura para o estabelecimento e atendimento dos objetivos da qualidade e ambientais;
- Prevenir a poluição, minimizando ou controlando o consumo de recursos naturais, as emissões atmosféricas, o lançamento de efluentes líquidos e a geração de resíduos;
- Prevenir acidentes e doenças ocupacionais, preservando a saúde e a integridade física dos colaboradores e contratados;
- Proteger o meio ambiente com o uso racional de recursos, mitigação e adaptação à mudança climática e proteção da biodiversidade e dos ecossistemas;

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

- Atender à legislação e outros requisitos aplicáveis aos seus Aspectos Ambientais, Saúde & Segurança e Responsabilidade Social;
- Ser uma empresa sustentável, atendendo as necessidades e expectativas das partes interessadas e melhorando continuamente a eficácia do Sistema de Gestão Integrada.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**Unidade Rodas (Três Corações – MG)**

Política de Gestão Integrada em atendimento aos requisitos da Norma ISO 14001 / 2015.

Unidade Aços (Três Corações – MG)

Não se aplica, pois não temos dependência para o desenvolvimento das atividades.

Centro de serviços de Aços - Manaus

Não se aplica, pois não temos dependência para o desenvolvimento das atividades.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

- a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
- b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
- c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

O quadro abaixo demonstra a receita operacional nos mercados interno e externo, por unidade de negócio e sua participação na receita líquida total da Companhia no exercício de 2021.

	2021				
	Cilindros	Rodas	Aços - Manaus	Total	% ROL
Receita Líquida	225.727	565.153	72.094	862.974	100,00%
Mercado Interno	225.601	562.073	72.094	859.768	99,63%
Mercado Externo	126	3.080	-	3.206	0,37%
Europa	-	64	-	64	0,01%
Dinamarca	-	64	-	64	0,01%
América do Sul	126	1.545	-	1.671	0,19%
Argentina	-	1.545	-	1.545	0,18%
Chile	126	-	-	126	0,01%
América do Norte	-	1471	-	1.471	0,17%
Estados Unidos	-	1471	-	1.471	0,17%

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

A Companhia esta sujeita a legislação específica de cada país onde atua com os riscos relativos de cada operação internacional, incluindo regulamentações.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

- a. Se o emissor divulga informações sociais e ambientais**
b. A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Compromisso com a sustentabilidade é um valor importante para a Mangels. Estamos profundamente preocupados com a necessidade de preservar o meio ambiente, garantir a segurança dos nossos associados e proporcionar uma maior qualidade de vida para todos através de atividades socialmente responsáveis, não só no local de trabalho, mas também nas comunidades mais amplas que servimos. A sustentabilidade, portanto, é fundamental, abrange tudo, desde as práticas de negócios até as tecnologias utilizadas na fabricação de nossos produtos. Comprometemo-nos a respeitar a integridade do meio ambiente, dos nossos colaboradores e das comunidades que nos acolhem.

A Mangels também busca incentivar práticas sustentáveis entre nossos clientes e fornecedores. Isso inclui a participação em prêmios de sustentabilidade, visando melhorar os ambientes naturais e sociais no local de trabalho de uma forma que incentive nossos associados no uso consciente dos recursos.

Meio ambiente

A Mangels tem uma gestão voltada para a preservação ambiental, é certificada pela ISO 14001, e busca continuamente desenvolver ações no dia a dia que permitam gerar menor impacto ambiental. A Mangels busca, ainda, reduzir constantemente a geração de efluentes líquidos e de resíduos, assim como o consumo de energia e de água, reafirmando assim o compromisso com as novas gerações e com um planeta mais sustentável.

Segurança

Segurança é compromisso e responsabilidade que a Mangels renova diariamente, e a segurança nos processos e a proteção às pessoas são objetivos comuns em todos os negócios da Empresa. O trabalho contínuo em Segurança, a implantação de indicadores, os monitoramentos de risco demonstram o comprometimento com a prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

- c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**

Não se aplica

- d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações**

As informações estão disponíveis no site da Companhia: www.mangels.com.br

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Não houve contratos relevantes celebrados pela Campanhia e suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Todas as informações relevantes estão mencionadas no item 9.1 (a), 9.1 (b) e 9.1 (c).

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
EDIFICIO FABRICA DE CILINDROS E TANQUES	Brasil	MG	Três Corações	Própria
MAQUINA P/ESMAGAR PART.ALUMINIO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
INSTRUMENTO P/ FUSAO DE CAVACOS HIRARO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
FORNO SECADOR MOD. IDEX	Brasil	MG	Três Corações	Própria
FORNO TRATAMENTO TERMICO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
LINHA DE PINTURA AUTOMATICA RODAS	Brasil	MG	Três Corações	Própria
FORNO DE NORMALIZACAO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
COMPRA DE 06 INJETORAS	Brasil	MG	Três Corações	Própria
CENTRO DE USINAGEM - CILINDROS	Brasil	MG	Três Corações	Própria
EDIFICIO FABRICA DE RODAS DE ACO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
EDIFICIO FABRICA DE RODAS DE ALUMINIO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
EDIFICIO MANGELS MANAUS AREA 3.160,48M2	Brasil	AM	Manaus	Própria
GALPÃO E NOVA LINHA DE PINTURA VERNIZ PÓ	Brasil	MG	Três Corações	Própria
BALANCEATRIZ AUTOMÁTICA EM LINHA LEONARD	Brasil	MG	Três Corações	Própria
LINHA DE CORTE LONGITUDINAL	Brasil	AM	Manaus	Própria
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Brasil	MG	Três Corações	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existiam ativos intangíveis relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17	-	Controlada	Brasil	PR	Araucária	Outras atividades de serviços prestados principalmente as empresas não especificadas anteriormente	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	27,717839	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	8.410.492,53		
31/12/2020	31,958924	0,000000	0,00					
31/12/2019	45,438268	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 18/10/2010 com a finalidade de atuar no setor de destroca de vasilhames de gás liquefeito de petróleo (GLP)								
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Produção de artefatos estampados de metal	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	29,499998	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	49.433.743,35		
31/12/2020	11,843212	0,000000	0,00					
31/12/2019	15,537168	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa constituída em 29/11/2006 com a finalidade de abrigar na Zona Franca de Manaus, p/ fabricação e comercialização de artefatos de ferro e aco, assim como peças para indústria automobilística								

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

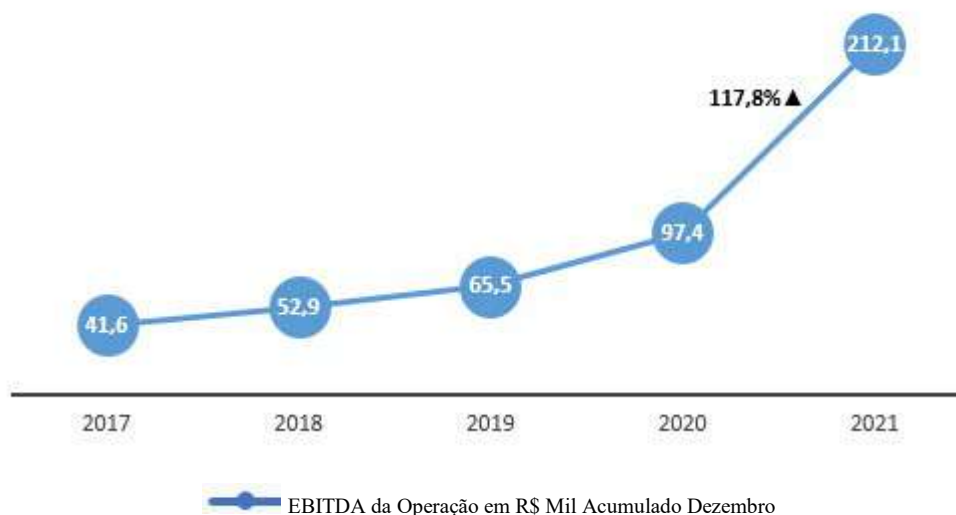
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

SENHORES ACIONISTAS:

Submetemos à apreciação e deliberação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Mangels Industrial S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Estas informações contábeis são apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB") e práticas contábeis adotadas no Brasil. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

DESTAQUE:

EBITDA da Operação em R\$ Mil



O EBITDA acumulado em 2021 chegou em R\$ 212,1 mil contra R\$ 97,4 mil no mesmo período de 2020. Vale ressaltar que nestes períodos temos o efeito da contabilização da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, conforme definição do Supremo Tribunal Federal (STF). Valores estes representados por um montante de R\$ 86,5 mil em 2021 contra R\$ 22,3 mil em 2020. O EBITDA respectivamente "Ajustado" sem o efeito dessa exclusão para os anos de 2021 e 2020 é de R\$ 125,6 mil contra R\$ 75,1 mil, representando um aumento de 67,2%. Esse resultado é reflexo das bases morais da Mangels com a ética, sustentabilidade, segurança, espírito de equipe, cooperação e integridade com seus parceiros, sejam eles clientes, fornecedores ou colaboradores.

Ao longo dos seus mais de 90 anos de história, a Mangels zela pela excelência em qualidade produtiva e seriedade, reforçando sempre o compromisso com o abastecimento dos setores da sua cadeia produtiva, atendendo as maiores empresas da indústria de automóveis, motos, caminhões, ônibus, eletrodomésticos e todas as companhias de gás. Sempre estará presente na vida dos brasileiros e no mundo, seja com botijões de gás de cozinha, com rodas automotivas ou com os demais produtos do seu portfólio.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CENÁRIO ECONÔMICO – 2021

Com o avanço da vacinação em massa e também a retomada das rotinas e hábitos da maioria dos brasileiros, iniciou-se a recuperação da atividade econômica do país, embora ainda esteja abaixo das expectativas.

Conforme boletim Focus de 24/12/2021, o PIB brasileiro registrado foi de 4,51%, já a inflação alcançou o patamar de 10,02%, o dólar registrou R\$ 5,58 e a taxa Selic fechou em 9,25%, sendo a maior desde Julho de 2017 quando também esteve em 9,25%.

A Anfavea, entidade que representa as montadoras instaladas no Brasil, divulgou no início de janeiro de 2022 as estatísticas da indústria referente ao fechamento de 2021, o qual representou um pequeno aumento em comparação ao ano de 2020, porém ainda está abaixo do potencial da demanda nacional e internacional. Segundo o Presidente da entidade, “A crise global de semicondutores provocou diversas paralisações de fábricas ao longo do ano por falta de componentes eletrônicos, levando a uma perda estimada em 300 mil veículos”. A produção de autoveículos fechou o ano em 2,24 mil de unidades produzidas o qual foi 11,6% superior ao fechamento de 2020. Já no mercado de veículos pesados o número de caminhões produzidos foi 74,6% superior ao exercício anterior chegando a 158,8 mil unidades produzidas.

No Mercado de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) o preço médio do botijão para o consumidor final subiu 36,9% comparado ao preço médio de dezembro de 2020, chegando a marca de R\$ 102,32, segundo análise e publicação do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicatas). Para as Companhias de Gás, este aumento recompõe parte das perdas de lucratividade e conseqüentemente aumenta a capacidade de investimentos futuros.

Enquanto para o mercado de motocicletas, de acordo com balanço da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), no mês de dezembro foram produzidas 76.359 unidades, 32,9% menor do que em novembro (113.776 unidades) e 3,9% maior do que em dezembro de 2020 (73.471 unidades). No acumulado de 2021 foram 1,1 mil unidades produzidas o qual representa 24,2% de aumento em comparação com o acumulado de 2020 de 962 mil unidades. Conforme o Presidente da Abraciclo, os números asseguram que as indústrias de motocicletas estão indo em direção oposta da crise abrindo novos ciclos de expansão: “Todas as fabricantes estão acelerando o seu ritmo de produção para atender à demanda que segue em alta, especialmente por modelos de entrada e de baixa cilindrada, muito utilizadas como instrumentos de trabalho e transporte de baixo custo”.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ Mil	DESEMPENHO CONSOLIDADO									
	1T21	2T21	3T21	4T21	2021	1T20	2T20	3T20	4T20	2020
Receita Bruta	253,4	253,6	291,5	258,6	1.057,1	180,6	99,0	183,2	202,6	665,4
Receita Líquida	203,0	208,2	237,7	214,1	863,0	147,1	79,6	153,0	166,6	546,3
Mercado Interno	202,3	207,4	236,9	213,2	859,8	131,3	73,4	131,1	158,2	494,0
Mercado Externo	0,7	0,8	0,8	0,9	3,2	15,8	6,2	21,9	8,4	52,3
CPV	(169,3)	(177,2)	(198,6)	(187,2)	(732,3)	(124,3)	(80,0)	(124,5)	(136,9)	(465,7)
Lucro Bruto	33,7	31,0	39,1	26,9	130,7	22,8	(0,4)	28,5	29,7	80,6
<i>Margem Bruta</i>	<i>15,6%</i>	<i>14,9%</i>	<i>16,4%</i>	<i>12,6%</i>	<i>15,1%</i>	<i>15,5%</i>	<i>-0,5%</i>	<i>15,6%</i>	<i>17,8%</i>	<i>14,6%</i>
Receitas (despesas) operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(8,2)	(8,8)	(8,5)	(9,0)	(34,5)	(8,5)	(6,8)	(8,0)	(8,5)	(31,8)
Outras receitas (despesas)	1,7	85,9	4,4	4,9	96,9	(5,3)	9,4	1,3	24,3	29,7
Lucro (Prejuízo) Operacional	27,2	108,1	35,0	22,8	193,1	9,0	2,2	21,8	45,5	78,5
Resultado Financeiro	(42,0)	90,0	(39,5)	(11,5)	(3,0)	(99,1)	(27,6)	(16,7)	36,4	(107,0)
Despesa Financeira	(6,4)	(9,6)	(8,9)	(11,4)	(36,3)	(8,5)	(8,8)	(7,2)	(7,3)	(31,8)
Receita Financeira	0,3	49,4	1,3	10,1	61,1	0,2	4,0	0,1	11,8	16,1
Variação cambial líquida	(35,9)	50,2	(31,9)	(10,2)	(27,8)	(90,8)	(22,8)	(9,6)	31,9	(91,3)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(14,8)	198,1	(4,5)	11,3	190,1	(90,1)	(25,4)	5,1	81,9	(28,5)
Imposto de renda e contribuição social	(0,6)	(47,3)	(1,9)	9,0	(40,8)	(0,7)	(0,3)	(0,8)	(0,6)	(2,4)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(15,4)	150,8	(6,4)	20,3	149,3	(90,8)	(25,7)	4,3	81,3	(30,9)
EBITDA	31,8	113,0	39,7	27,6	212,1	13,8	6,9	26,5	50,2	97,4

A **receita líquida consolidada** no acumulado em dezembro de 2021 apresentou um aumento de 58,0% chegando a R\$ 863,0 mil, contra R\$ 546,3 mil do mesmo período do ano anterior. No 4º trimestre de 2021 chegou ao valor de R\$ 214,1 mil apresentando um crescimento de 28,5% em relação aos R\$ 166,6 mil, no mesmo período do ano de 2020.

O **lucro bruto consolidado** no acumulado em dezembro de 2021 apresentou um aumento de 62,2% chegando a R\$ 130,7 mil, contra R\$ 80,6 mil no acumulado do ano anterior. No 4º trimestre de 2021 chegou à marca de R\$ 26,9 mil e uma margem bruta de 12,6%, o qual foi inferior ao mesmo período de 2020, que foi de R\$ 29,7 mil. A paralisação do setor automobilístico em virtude da falta de componentes eletrônicos contribuiu para este decréscimo.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** no 4º trimestre de 2020 somaram R\$ 8,5 mil, contra R\$ 9,0 mil do mesmo período de 2021, uma variação de 5,9%. No acumulado em dezembro de 2021 totalizaram R\$ 34,5 mil, contra R\$ 31,8 mil no acumulado do ano anterior.

Obs. A partir do próximo indicador o acumulado em dezembro apresentará uma expressiva variação positiva devido à contabilização referente ao efeito da definição do Supremo Tribunal Federal (STF), onde se posicionou sobre exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, resultando no montante de R\$ 86,5 mil (sendo R\$ 82,8 mil contabilizados no 2º trimestre, e R\$ 3,7 mil no 4º trimestre). Em 2020 foi reconhecido o montante de R\$ 22,3 mil no 4º trimestre sobre a mesma discussão. Serão apresentados números com o termo “ajustado(a)”, ou seja, sem o efeito desta contabilização, com objetivo de ajudar nas análises de desempenho entre os períodos.

Outras receitas (e Despesas) no 4º trimestre de 2021 foi de R\$ 4,9 mil, já no mesmo período de 2020 foi de R\$ 24,3 mil, os valores “ajustados” respectivamente para os períodos são de R\$ 1,2 mil e R\$ 2,0 mil. No acumulado em dezembro de 2021 chegamos a R\$ 96,9 mil, e no acumulado em 2020 foi R\$ 29,7 mil, os valores “ajustados” respectivamente são R\$ 10,4 mil em 2021 e R\$ 7,4 mil

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

no mesmo período de 2020, o qual representou um aumento de 40,5% para o exercício que está sendo avaliado.

Lucro operacional acumulado em dezembro de 2021 foi apurado em R\$ 193,1 mil, contra R\$ 78,5 mil, no mesmo período de 2020, o quais “ajustados” representam R\$ 106,6 mil em 2021 e R\$ 56,2 mil em 2020, representando um aumento de 89,7%. No 4º trimestre de 2021 o lucro foi de R\$ 22,8 mil, contra R\$ 45,5 mil no mesmo período de 2020, os valores “ajustados” representam nesta ordem R\$ 19,1 mil e R\$ 23,2 mil, uma redução de 17,7%.

Resultado líquido acumulado em dezembro de 2021 foi apurado em R\$ 149,3 mil, onde no mesmo período do ano anterior foi apurado um prejuízo de R\$ 30,9 mil, valores estes que “ajustados” representam respectivamente para os anos de 2021 e 2020 um lucro de R\$ 31,7 mil e um prejuízo de R\$ 53,2 mil. Para o 4º trimestre de 2021 o lucro foi de R\$ 20,3 mil contra um lucro de R\$ 81,3 mil no período anterior, os quais respectivamente “ajustados” representam R\$ 9,3 mil e R\$ 59,0 mil. Nos valores “ajustados” referente ao resultado líquido de 2021 e 2020, para melhor comparação entre os períodos, foram desconsideradas as contabilizações da exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis/Cofins e seus impactos (correções financeiras e impostos sobre o crédito). Outro impacto relevante na variação do resultado líquido, é decorrente da contabilização da variação cambial no 4º trimestre, de uma despesa de R\$ 10,2 mil comparado à uma receita de R\$ 31,9 mil no mesmo período de 2020, este prejuízo é reflexo da desvalorização do Real frente ao Dólar.

A contabilização da variação cambial não afeta o caixa da Companhia, pois a maior parte da dívida é de longo prazo.

O **EBITDA** no acumulado em dezembro de 2021 foi apurado em R\$ 212,1 mil, e no acumulado do ano anterior R\$ 97,4 mil, “ajustados” são respectivamente R\$ 125,6 mil em 2021 e R\$ 75,1 mil no mesmo período em 2020, representando uma variação 67,2% entre os períodos. No 4º trimestre de 2021 foi de R\$ 27,6 mil contra R\$ 50,2 mil no mesmo período de 2020, os valores “ajustados” representam nesta ordem R\$ 23,9 mil em 2021 e R\$ 27,9 mil em 2020, o que representa uma queda de 14,3%.

O **EBITDA** é o principal indicador da Companhia, pois representa a geração de caixa para pagamento das obrigações e não está afetado pela variação cambial e a contabilização dos juros, ou seja, está diretamente relacionado a operação da Organização.

COMENTÁRIOS DOS NEGÓCIOS

RODAS

R\$ Mil	1T21	2T21	3T21	4T21	2021	1T20	2T20	3T20	4T20	2020
Receita Bruta	149,8	172,5	184,3	178,0	684,6	101,9	20,0	101,3	126,5	349,7
Receita Líquida	123,1	141,7	152,4	147,9	565,1	84,3	17,3	85,8	104,7	292,1
Mercado Interno	122,4	141,0	151,6	147,0	562,0	68,5	11,8	64,6	99,3	244,2
Mercado Externo	0,7	0,7	0,8	0,9	3,1	15,8	5,6	21,2	5,3	47,9
CPV	(102,9)	(121,1)	(129,5)	(131,0)	(484,5)	(71,8)	(28,5)	(67,4)	(82,1)	(249,8)
Lucro Bruto	20,2	20,6	22,9	16,9	80,6	12,5	(11,2)	18,4	22,6	42,3
<i>Margem Bruta</i>	16,4%	14,5%	15,0%	11,4%	14,3%	14,8%	-64,7%	21,4%	21,6%	14,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Setor automotivo iniciou o ano de 2021 bastante otimista com a necessidade de recomposição dos estoques que foram reduzidos drasticamente no exercício de 2020 por conta da pandemia. Isso refletiu de forma positiva na programação de produção e vendas da Mangels.

As variações nos principais indicadores se explicam em função do cenário econômico de 2020, com reflexo da pandemia que paralisou as produções dos nossos clientes e afetou toda a cadeia produtiva, visto que nossos clientes a partir do 3º trimestre de 2020 retomaram suas atividades de forma gradativa. Outro fator que se destacou foi a falta de componentes que gerou paralisações nas montadoras ao longo do ano de 2021.

A **receita líquida** da Mangels Rodas no 4º trimestre de 2021 atingiu os R\$ 147,9 mil, comparados aos R\$ 104,7 mil do mesmo período de 2020, um crescimento de 41,3%. A margem bruta do 4º trimestre de 2021 foi de 11,4% e o mesmo período de 2020 foi de 21,6%. Na receita líquida no acumulado de dezembro de 2021 tivemos um aumento de 93,5% chegando a R\$ 565,1 mil, contra R\$ 292,1 mil do mesmo período do ano anterior.

O **lucro bruto** no 4º trimestre de 2021, foi de R\$ 16,9 mil, o que representou uma queda de 25,2%, comparado ao mesmo período de 2020 onde tivemos um lucro de R\$ 22,6 mil. Já no acumulado em dezembro de 2021 apresentamos R\$ 80,6 mil contra R\$ 42,3 mil no acumulado do ano anterior, um crescimento de R\$ 38,3 mil entre os períodos.

CILINDROS										
R\$ Mil	1T21	2T21	3T21	4T21	2021	1T20	2T20	3T20	4T20	2020
Receita Bruta	89,8	62,7	85,0	58,8	296,3	66,9	72,4	68,2	63,0	270,5
Receita Líquida	66,9	49,3	63,9	45,7	225,8	51,3	56,4	54,2	49,6	211,5
Mercado Interno	66,9	49,2	63,9	45,7	225,7	51,3	55,7	53,5	46,6	207,1
Mercado Externo	-	0,1	-	-	0,1	-	0,7	0,7	3,0	4,4
CPV	(55,4)	(42,5)	(53,4)	(40,6)	(191,9)	(43,2)	(45,9)	(46,7)	(44,5)	(180,3)
Lucro Bruto	11,5	6,8	10,5	5,1	33,9	8,1	10,5	7,5	5,1	31,2
Margem Bruta	17,2%	13,8%	16,4%	11,1%	15,0%	15,8%	18,6%	13,8%	10,3%	14,8%

Em 2020 houve um aumento da demanda no consumo de gás GLP, gerada pelo isolamento social em prevenção ao Covid-19, já nos últimos meses de 2021, com o retorno da normalidade de alguns setores e a diminuição do isolamento social tivemos uma estabilidade no consumo. Além disso, segundo dados divulgados pela Sindigas, o preço médio do botijão para o consumidor final subiu 36,9%, o que conseqüentemente gerou uma diminuição no volume de compras de botijões.

A **receita líquida** acumulada em dezembro de 2021 chegou aos R\$ 225,8 mil e no acumulado do ano anterior foi de R\$ 211,5 mil, registrando um aumento de 6,7%, uma variação equivalente a R\$ 14,3 mil no acumulado dos períodos. No 4º trimestre de 2021 foi de R\$ 45,7 mil, registrando uma queda de R\$3,9 mil o que representa uma redução de 7,9% sobre o mesmo período em 2020.

O **lucro bruto** acumulado em dezembro de 2021 chegou aos R\$ 33,9 mil e no acumulado de 2020 apresentou R\$ 31,2 mil, o que representa uma variação positiva de 8,6%. O 4º trimestre nos dois períodos apresentaram resultados semelhantes de R\$ 5,1 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ Mil	AÇOS									
	1T21	2T21	3T21	4T21	2021	1T20	2T20	3T20	4T20	2020
Receita Bruta	13,8	18,4	22,2	21,8	76,2	11,8	6,6	13,7	13,1	45,2
Receita Líquida	13,0	17,2	21,3	20,6	72,1	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7
Mercado Interno	13,0	17,2	21,3	20,6	72,1	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7
Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPV	(11,0)	(13,6)	(15,6)	(15,7)	(55,9)	(9,3)	(5,6)	(10,4)	(10,3)	(35,6)
Lucro Bruto	2,0	3,6	5,7	4,9	16,2	2,2	0,3	2,6	2,0	7,1
<i>Margem Bruta</i>	15,4%	20,9%	26,8%	23,8%	22,5%	19,1%	5,1%	20,0%	16,3%	16,6%

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels em Manaus, bem como eixos traseiros em forma de lâminas de aço em perfil de “V” para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais.

As variações nos principais indicadores se explicam em função do cenário econômico de 2020, a indústria de motos perdeu mais de um mês de produção, paralisando as linhas de produção no final do mês de março e retomando as atividades de forma gradativa a partir do 3º trimestre do mesmo ano.

A **receita líquida** acumulada em dezembro de 2021 é de R\$ 72,1 mil contra R\$ 42,7 mil no acumulado de 2020, uma variação de 68,9%, equivalente a R\$ 29,4 mil. No 4º trimestre a receita líquida foi de R\$ 20,6 mil se comparada ao mesmo período do ano anterior de R\$ 12,3 mil apresenta um aumento de 67,5%, impactados fortemente pela retomada gradativa das montadoras.

O **lucro bruto** acumulado em dezembro de 2021 é de R\$ 16,2 mil, contra R\$ 7,1 mil no acumulado de 2020, uma variação de 128,2%. Este “crescimento” foi impulsionado pelas paradas das montadoras no primeiro semestre de 2020, ocasionando uma reduziu na base comparativa. No 4º trimestre de 2021 foi de R\$ 4,9 mil, contra R\$ 2,0 mil no mesmo período de 2020, um aumento de R\$ 2,9 mil, equivalente a um crescimento na margem bruta de 7,5%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO**

R\$ Mil	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
FINANCIAMENTOS								
Curto Prazo	20,9	39,2	30,0	25,0	32,3	36,6	46,4	50,1
Longo Prazo	740,6	761,3	737,1	704,2	740,3	671,0	701,1	691,7
	761,5	800,5	767,1	729,2	772,6	707,6	747,5	741,8
DISPONIBILIDADES								
Caixa e equivalentes de Caixa	23,3	32,4	53,9	27,3	53,7	30,1	37,5	33,5
Títulos e Valores Mobiliários	36,7	47,0	65,2	36,2	34,2	47,5	53,7	25,5
	60,0	79,4	119,1	63,5	87,9	77,6	91,2	59,0
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	701,5	721,1	648,0	665,7	684,7	630,0	656,3	682,8

O **endividamento líquido** teve uma variação em função das oscilações da taxa R\$/dólar que em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5,1967 e o fechamento de 31 de dezembro de 2021 chegou aos R\$ 5,5805, gerando assim uma contabilização de variação cambial negativa no exercício de 2021 de R\$ 28,8 mil. Conforme já mencionado nos comentários do lucro líquido, a contabilização da variação cambial não afeta o caixa da Companhia, pois a maior parte da dívida é de longo prazo.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM Nº 381, de 14 de janeiro de 2003 e ao Ofício - Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2006, de 28 de dezembro de 2006, a Mangels e suas controladas informam que, no período findo em 31 de Dezembro de 2021, não contrataram outros serviços da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria externa da Companhia, que não sejam relacionados à auditoria externa.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência desses auditores e consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os dados não financeiros, tais como volumes, quantidade, preços médios, cotações médias, em Reais e em Dólares, não foram objeto de revisão pelos nossos auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PERSPECTIVAS PARA 2022

Segundo o Ministério da Economia, em meio à guerra na Ucrânia, o Brasil tem que mostrar que é um “porto seguro para os investimentos privados”, para isto serão realizadas diversas micro reformas com o objetivo de aumentar a produtividade e a segurança jurídica para o investimento.

Na indústria automobilística ainda permeia a ameaça da falta de componentes para a produção, segundo o presidente da Anfavea, “Para este ano, a previsão ainda é de restrições na oferta por falta de componentes, mas num grau inferior ao de 2021, o que projeta mais um degrau de recuperação”. Para o próximo ano há uma expectativa de um aumento de 9,4%, com 2,46 mil de unidades produzidas. O presidente ainda destaca que as dificuldades causadas pela pandemia atrapalham as estimativas futuras, mas que é esperado um crescimento moderado para o próximo ano.

Conforme projeções da Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares) a produção de motocicletas para o próximo ano deve alcançar a marca de 1.290 mil de unidades produzidas. O aumento da demanda de serviços de entrega e o maior uso de motocicletas para os deslocamentos urbanos em virtude da crescente alta dos combustíveis, são algumas das razões que fazem com que a demanda deste ramo continue alta.

No setor siderúrgico com a queda do consumo de aço apresentada no início de 2022 e os sucessivos aumentos ocorridos durante 2021, não devem ser reproduzidos no mercado brasileiro. Segundo o Presidente executivo do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), não há espaços para o movimento de aumento dos produtos de origem siderúrgica, em função da oferta estar regularizada no país.

Para o exercício de 2022, conforme boletim Focus de 18/03/2022 publicado em 21/03/2022 estima-se que o PIB brasileiro será de 0,50%, a inflação deve alcançar o patamar de 6,59%, o dólar registrar uma queda chegando em R\$ 5,30 e a taxa Selic com expectativa de 13,00%.

COVID-19

No vaivém da pandemia, não houveram grandes dificuldades em readaptação diante dos imprevistos, visto que nossa prioridade é a Vida e Saúde de nosso maior ativo, que são os nossos colaboradores e seus familiares. Conseguimos o engajamento no sistema vacinal de 100% dos colaboradores na primeira e segunda dose e para a dose de reforço 23%, onde os demais colaboradores estão aguardando o cronograma da secretaria de saúde. O desafio é coletivo e todos estão empenhados.

As áreas fabris continuaram ativas em pleno funcionamento sempre respeitando os protocolos, medidas protetivas de higienização e segurança dos colaboradores. Para isto disponibilizamos especialistas, estruturas, recursos e apoio como suporte.

Nossa área administrativa conseguiu adaptar-se facilmente aos imprevistos. Priorizamos o trabalho presencial como forma de estarmos sempre alinhados aos nossos colaboradores e assim alcançar resultados mais eficazes, mas diante de novas variantes e riscos iminentes no aumento da infecção e também como forma de preservar a nossa linha produtiva, o home office passou a ser uma opção. Sempre obedecendo as diretrizes, pareceres e indicadores locais de saúde, de cada unidade Mangels.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Mesmo neste cenário de rápidas mudanças, criados pela pandemia do covid-19, conseguimos encontrar maneiras sustentáveis de crescimento de forma estratégica, economicamente viáveis e socialmente justas. Reforçamos nosso compromisso com o abastecimento dos setores da nossa cadeia produtiva, zelando sempre pela Vida e Saúde dos nossos colaboradores e seus familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, acionistas, comunidade financeira em geral e especialmente aos nossos colaboradores pelo comprometimento demonstrado.

Administração.

Três Corações, 21 de março de 2022.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações deste item já estão contempladas no item 10.1

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos três últimos exercícios sociais, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três últimos exercícios, não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações societárias

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos três últimos exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB") e práticas contábeis adotadas no Brasil. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão em 22 de março de 2022.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
e
- (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, conselheiros e administradores da

Mangels Industrial S.A.

Três Corações - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 10 (ii), no exercício findo em dezembro de 2019 a Companhia obteve decisão favorável em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos de PIS e COFINS para o período de apuração de tributos de 1992 em diante. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mensurou e reconheceu o correspondente ativo relacionado ao crédito tributário decorrente de 2 (dois) das 3 (três) ações judiciais no montante de R\$38.032 mil, dos quais R\$36.675 mil refere-se ao exercício de 2019, sendo R\$22.322 mil referente ao principal e R\$14.353 mil referente à atualização monetária, além de obrigações de honorários de sucesso advocatícios relativo as referidas ações judiciais no montante de R\$2.934 mil, da qual o efeito líquido nas demonstrações do resultado do exercício, individuais e consolidadas, foi no montante de R\$33.741 mil, sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábil e Retificação de Erros.

Consequentemente, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e receitas financeiras estão apresentadas a maior em R\$22.322 mil, R\$2.934 mil, R\$14.353 mil, respectivamente, Sendo assim, o prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$33.741 mil, bem como o prejuízo por ação aumentado em R\$ 5,4820 de ações ordinárias e R\$ 6,0302 de ações preferenciais.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

“Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de tributos a recuperar

Veja a Nota 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

<p>Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal determinou que o ICMS destacado na nota fiscal não compõe a base de cálculo do Pis e Cofins. A referida decisão garantiu à Companhia o direito de reconhecer o crédito de exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e Cofins com base no valor destacado.</p> <p>Consequentemente, a Companhia reconheceu em 2021 na rubrica de tributos a recuperar o complemento do crédito nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente aos débitos de Pis e Cofins com base no valor destacado, do período de janeiro de 2000 à setembro de 2021.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento relacionado à determinação das premissas que foram base para a mensuração do referido crédito tributário e ao impacto que eventuais alterações nas premissas adotadas poderiam gerar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação do embasamento fiscal utilizado para o cálculo da estimativa e atualização monetária dos créditos fiscais a serem reconhecidos, considerando o teor da decisão transitada em julgado e a decisão do Supremo Tribunal Federal; • Avaliação, com auxílio de nossos de nossos especialistas em tributos, por meio de teste documental com base em uma amostra, sobre os critérios utilizados pela Companhia para mensuração do ativo fiscal reconhecido; • Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em tributos, da precisão matemática, bem como a razoabilidade da taxa aplicada, para a estimativa de correções monetárias consideradas sobre o valor principal dos créditos fiscais. • Avaliação da apresentação das informações relevantes divulgadas nas demonstrações financeiras consideramos individuais e consolidadas. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos diferenças que afetariam a mensuração e divulgação dos tributos a recuperar, assim como identificamos que parte do montante reconhecido em 2021 deveria ter sido reconhecido em anos anteriores, os quais não foram ajustados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores dos créditos fiscais de Pis e Cofins reconhecidos, bem como as respectivas divulgações relacionadas a esse assunto, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
---	--

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Kátia Dantas

Contadora CRC 1SP188864/O-3

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

1 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nesta demonstração financeira.

a. Base de consolidação

(i) *Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Perda de controle*

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) *Investimentos em entidades contabilizadas por método de equivalência patrimonial*

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro líquido ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes (ORA) da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda Estrangeira

Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas aos pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação por modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros - avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela

rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração.

Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado é capitalizado como parte do ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	4% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Benfeitorias em bens próprios	4% a.a.
Veículos	20% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Direito de uso (i)	10% à 25% a.a.

- (i) A taxa de depreciação segue conforme o período do contrato de arrendamento e expectativa de renovação do mesmo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

f. Intangível

A Companhia detém no seu quadro de ativos recursos intangíveis como softwares de desenhos de projetos de engenharia e implantação de novos processos, sistemas e licenças.

O método de amortização utilizado é linear com a vida útil média de 5 anos podendo variar de acordo com a definição dos prazos dos contratos.

g. Redução ao valor recuperável

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável relacionadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas por redução ao valor recuperável, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

O Grupo avalia contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 120 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna apurada pelo gerente financeiro.

O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando:

é altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou

o ativo financeiro estiver vencido a mais de 120 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O período máximo considerado na estimativa de perda por redução ao valor recuperável é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias;

a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável no balanço patrimonial

A perda por redução ao valor recuperável para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que são propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, que poder ser estimado de forma confiável, e é provável que um recurso econômico seja necessário para liquidar a obrigação.

j. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são não resgatáveis, são classificadas no patrimônio líquido pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

k. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada com o cliente. A receita de vendas é reconhecida à medida em que a Companhia transfere o controle sobre o produto ao cliente considerando assim que a obrigação de desempenho foi cumprida.

A Companhia controla a transferência do benefício através do comprovante de entrega assinado.

Nenhum desconto é concedido para os produtos faturados, não há devolução em dinheiro. Além disso, com raras exceções quando há devolução, sempre por novos produtos.

Os preços de vendas e serviços são determinados com base em acordos ou dependendo do caso contratos com os clientes.

A receita de serviços é reconhecida à medida que o serviço é prestado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos e recebíveis, descontos de fornecedores e outras receitas financeiras.

As despesas financeiras incluem despesas com juros, variações monetárias e cambiais, descontos concedidos a clientes, juros de fornecedores, despesas de indexação e outras despesas financeiras.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A controlada E.Koga & Cia Ltda - EPP, têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplica-se a alíquota de 32%, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n. Incentivo fiscal

A controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

A redução do imposto sobre a renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

p. Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária (principal tomador de decisão); da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração.

q. **Demonstrações de valor adicionado**

O Grupo elaborara demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

r. **Arrendamento mercantil**

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrito acima.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo aplicou os seguintes expedientes práticos na implementação do CPC 06(R2) / IFRS 16 referente aos arrendamentos anteriormente classificados como operacional, tais como: não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI.

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
Não se aplica
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.
Não se aplica
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.
Não se aplica
- iv. contratos de construção não terminada.
Não se aplica
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.
Não se aplica

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a. Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não se aplica.

- b. Natureza e o propósito da operação.**

Não se aplica.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

1 Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Investimentos em 2021:

Foram investidos em 2021 R\$ 22,4 milhões, Adequações na Fábrica, Instalações, Retrofit, Construção de Ferramental e outros nas plantas de Rodas, Cilindros e outros.

ii. Fontes de financiamentos dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica aos três últimos exercícios sociais.

2 Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Construção iniciada em 2018 do novo galpão de pintura e 2019 a instalação da nova linha de verniz acrílico, o qual não havia na Mangels, investimento no valor de R\$ 7,3 milhões.

3 Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados.

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia foram abordados nos itens anteriores.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**a. Objeto da provisão**

A Companhia não divulga valores de projeções, conforme lhe é facultado pelo artigo 20 da Instrução CVM nº 480/2009.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não se aplica, conforme informado no ítem a.

c. Premissas da projeção

Não se aplica, conforme informado no ítem a.

d. Valores dos indicadores que são objeto da provisão

Não se aplica, conforme informado no ítem a.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

- a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais estão sendo repetidas no formulário**

Não se aplica.

- b. Quanto as projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.**

Não se aplica.

- c. Quanto as projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.**

Não se aplica.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. Atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio

Conselho de Administração: O Conselho de Administração é constituído de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral e reunir-se-á, no mínimo, a cada 3 (três) meses.

O prazo do mandato do Conselho de Administração é de 02 (dois) anos, mas se estende até a investidura dos novos membros eleitos. São admitidas reeleições.

Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; b) eleger e destituir os Diretores; c) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e qualquer outro ato; d) pelo seu Presidente, convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos legais; e) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) deliberar sobre a instalação ou supressão de depósitos ou filiais, no país ou no exterior; h) autorizar a Diretoria: h.1 - a contratar empréstimos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas e de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; h.2 - a constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; h.3 - a prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; h.4 - a adquirir ou a alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicação com incentivos fiscais que de outra forma seria desembolsada no pagamento de impostos; h.5 - a exercer o direito de voto nas Assembleias Gerais das sociedades controladas e das subsidiárias integrais, indicando, ainda, a orientação geral dos negócios dessas sociedades; h.6 - a negociar com as ações de emissão da Sociedade, para alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria e demais casos, desde que previstos em lei; h.7 - a emitir notas promissórias para distribuição pública (commercial papers).

Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 32 do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio e imputar os valores creditados ou pagos a esse título ao valor do dividendo obrigatório previsto no artigo 32 do Estatuto Social.

b. Data da instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal, e, quando instalado, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número.

O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26/04/2022, e, tem por atribuição: a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à empresa; e) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa; g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

Não se aplica.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretoria: A Diretoria é constituída de 1 (um) Diretor Presidente e até mais 6 (seis) Diretores, sendo 1 (um) designado Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração.

O prazo do mandato da Diretoria é de 02 (dois) anos, mas se estende até a investidura dos novos membros eleitos. São admitidas reeleições.

Compete à Diretoria: a) deliberar sobre a instalação ou supressão de filiais ou depósitos; b) apresentar à Assembléia Geral o relatório anual e as demonstrações financeiras de cada exercício, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado; c) resolver os casos extraordinários que não sejam da competência da Assembleia Geral, ou do Conselho de Administração.

Quando previamente autorizada pelo Conselho de Administração poderá a Diretoria, praticar os seguintes atos: a) a contratar empréstimos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas e de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; b) a constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; c) a prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; d) a adquirir ou a alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicação com incentivos fiscais que de outra forma seria desembolsada no pagamento de impostos; e) a exercer o direito de voto nas Assembleias Gerais das sociedades controladas e das subsidiárias integrais, indicando, ainda, a orientação geral dos negócios dessas sociedades; f) a negociar com as ações de emissão da Sociedade, para alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria e demais casos, desde que previstos em lei; g) a emitir notas promissórias para distribuição pública (commercial papers).

Nos termos do artigo 33 do Estatuto Social poderá a Diretoria: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Sociedade será representada por qualquer Diretor nos seguintes atos: a) endosso de cheques em favor de instituições financeiras, para crédito em conta de depósito da Sociedade; b) endosso de duplicatas em favor de instituições financeiras para o efeito de simples cobrança; c) representação perante qualquer Repartição Pública Federal, Estadual e Municipal, Carteiras do Banco do Brasil S.A., Conselho de Política Aduaneira, Delegacias da Receita Federal, Autarquias e Correios e Telégrafos, para fins administrativos; d) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas.

Compete, privativamente: a) ao Diretor Presidente: a.1) representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, sendo-lhe facultado constituir procurador especial para representá-lo nesse procedimento, na forma do artigo 25, parágrafo segundo, supra; a.2) presidir as reuniões da Diretoria usando do voto de qualidade no caso de empate nas suas deliberações, sendo que, na sua ausência, a presidência da reunião poderá ser exercida e o voto de qualidade poderá ser proferido pelo Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores; a.3) dirigir e superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; a.4) transigir sobre qualquer assunto judicial ou extrajudicial; a.5) orientar e executar o planejamento estratégico da

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Sociedade, bem como definir a política e diretrizes de recursos humanos; a.6) responder pela área financeira; a.7) superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; e a.8) supervisionar as áreas específicas de atuação dos demais Diretores; b) a cada um dos Diretores responder pelas áreas específicas designadas pelo Diretor Presidente.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

a. Prazos de convocação

Nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Empresa a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Diretor Presidente, ou nos casos legais.

As Assembleias Gerais da Empresa são convocadas mediante anúncio publicado por 3 vezes no jornal O Estado de São Paulo e no jornal Três, sendo a 1ª publicação no mínimo 15 dias antes da realização da Assembleia Geral.

b. Competências

Anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social a Assembleia Geral Ordinária deve: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) eleger os administradores, quando for o caso, d) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao primeiro deliberar a forma de distribuição do valor fixado entre seus membros e os da Diretoria.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais ficam à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Rodovia Fernão Dias, s/nº, Km, 755,6, Distrito Industrial, Três Corações, Minas Gerais, CEP 37.418-760-, e nos endereços eletrônicos da Companhia www.mangels.com.br, da CVM www.cvm.gov.br e da BM&F Bovespa www.bmfbovespa.com.br.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Eventuais conflitos de interesses de acionistas serão administrados caso a caso e em conformidade com o ordenamento legal.

Não se aplica.

e. Solicitação de procuradores pela administração para o exercício do direito de voto

Não se aplica.

f. Formalidades necessárias para a aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Para comprovar a qualidade de acionista e participar da Assembleia, os Acionistas devem observar as disposições previstas no art. 126 da Lei 6404/76, apresentando: (i) comprovante da qualidade de acionista da Empresa expedido pela instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia do documento de identidade; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto/contrato social, cópia de ata de eleição dos administradores, ambos devidamente registrados no órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, além dos documentos anteriormente informados, devem, igualmente, apresentar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação e cópia do documento de identidade do

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

procurador. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos devem ser traduzidos e legalizados perante o Consulado brasileiro em seu país de domicílio. Todas as cópias devem ser autenticadas e todas as assinaturas originais com firmas reconhecidas. Não é admitida procuração outorgada por meio eletrônico.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O boletim de voto a distância pode ser enviado pelo acionista: (i) diretamente à Companhia, por correio postal ou eletrônico, para o endereço postal e eletrônico indicados no item 5; ou (ii) por transmissão de instruções de preenchimento para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância: (a) custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou (b) instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, cujos dados são indicados no item 6, caso as ações não estejam depositadas em depositário central.

O acionista que optar por enviar o boletim de voto à distância diretamente à Companhia deverá encaminhar os seguintes documentos:

(i) uma via original do boletim de voto à distância devidamente preenchida, com todas as páginas rubricadas e, ao final, assinada, pelo respectivo acionista ou representante legal, com reconhecimento de firma da assinatura; e (ii) cópia dos seguintes documentos: (ii.1) para acionistas pessoas físicas: a) cópia autenticada do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteira de classe profissional legalmente reconhecida como documento de identidade); e b) comprovante original de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente e custódia nos 3 (três) dias anteriores ao envio do respectivo boletim de voto à distância. (ii.2) para acionistas pessoas jurídicas: a) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes aos representantes legais do acionista (i.e. ata de eleição dos diretores ou equivalente e/ou procuração); b) cópia autenticada do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) e do procurador, se for o caso; e c) comprovante original de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia nos 3 (três) dias anteriores ao envio do respectivo boletim de voto à distância. (ii.3) para acionistas fundos de investimento: a) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento e do estatuto o contrato social do seu administrador, do contrato de prestação de serviços com o administrador (se este não estiver indicado no regulamento), além de documentação societária outorgando poderes aos representantes legais do administrador (i.e. ata de eleição dos diretores e/ou procuração); b) cópia autenticada do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) e do procurador, se for o caso; e c) comprovante original de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia nos 3 (três) dias anteriores ao envio do respectivo boletim de voto a distância. (ii.4) para acionistas estrangeiros pessoas físicas: a) cópia autenticada do passaporte do acionista; e b) comprovante original de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia nos 3 (três) dias anteriores ao envio do respectivo boletim de voto a distância. (ii.5) para acionistas estrangeiros pessoas jurídicas, fundos ou outras entidades equivalentes: a) cópia autenticada acompanhada de tradução juramentada para o português do documento constitutivo do acionista e do documento que outorga poderes aos seus representantes legais; b) cópia autenticada do passaporte do(s) representante(s) legal(is); e c) comprovante original de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia nos 3 (três) dias anteriores ao envio do respectivo boletim de voto a distância.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

Todas as procurações outorgadas por acionistas devem possuir firma reconhecida no país de origem. Todos os documentos escritos em língua estrangeira deverão ser apresentados com a respectiva tradução juramentada para o português, devidamente notariados, consularizados ou apostilados, conforme legislação em vigor.

Caso o boletim de voto seja encaminhado diretamente à Companhia e não esteja devidamente preenchido ou não esteja acompanhado dos documentos comprobatórios, o acionista será comunicado quanto à necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, nos termos da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada. Mediante correspondência eletrônica endereçada para o e-mail indicado neste boletim.

Caso o acionista pretenda exercer seu voto a distância por meio de prestadores de serviços, deverá entrar em contato com o custodiante ou escriturador, conforme o caso, para verificar os procedimentos por ele estabelecidos, bem como eventuais documentos por eles solicitados para realização do procedimento de votação a distância.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Não se aplica.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionista inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Todas as propostas, requisições, indicações, chapas e candidatos devem ser formalizadas no endereço eletrônico do Relação com Investidores ri@mangels.com.br.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Empresa não mantém fóruns e páginas na Internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das assembleias e não há mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas. Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Todas as informações necessárias estão presentes no item g).

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Conforme Estatuto Social da Companhia o Conselho de Administração é constituído de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração, em sua primeira reunião, designará o Presidente do mesmo órgão e, quando entender necessário, também seu Vice-Presidente, se essas indicações não tiverem sido feitas pela Assembleia Geral.

Os mandatos dos membros do Conselho de Administração da Companhia eleitos na AGO realizada em 28/04/2022, foram mantidos na forma do artigo 150, § 4º da Lei nº 6404/1976

O Conselho de Administração reunir-se-á, no mínimo, a cada 3 (três) meses, por convocação de seu Presidente ou de seu Vice-presidente, ou do Diretor Presidente, com 10 (dez) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando participar da reunião a totalidade de seus membros.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão e, no caso de empate, o seu Presidente, ou na sua ausência ou impedimento o seu Vice-presidente, usará do voto de qualidade.

Não há acordo de acionistas em vigor que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito a voto de membros do conselho.

Eventuais conflitos de interesses de membros do Conselho de Administração serão administrados caso a caso e em conformidade com o ordenamento legal.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

Não há cláusula compromissória no Estatuto Social para resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Elio Pereira da Silva	24/04/1970	Pertence apenas à Diretoria	22/11/2021	30/04/2023	0
128.101.388-93	Analista de Sistemas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	22/11/2021	Sim	0%
Fabiano Lobo de Moraes	20/06/1972	Pertence apenas à Diretoria	22/11/2022	30/04/2023	0
157.433.518-99	Contador	19 - Outros Diretores	22/11/2022	Sim	0%
Antonio Farina	17/05/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
064.559.088-64	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	16/07/2020	Sim	0%
Susan Jane Mangels Cox	29/02/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
011.652.288-74	Professora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/07/2020	Sim	0%
Cristine Mangels Vieira	23/11/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
102.120.011-59	Formada em Marketing	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/07/2020	Sim	0%
Alan Robert Mangels	02/06/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
214.810.228-14	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/07/2020	Não	0%
Robert Max Mangels	30/07/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
939.718.508-04	Industrial	20 - Presidente do Conselho de Administração	16/07/2020	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Mark Ross Mangels	11/12/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
939.718.428-87	Engenheiro Mecânico	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	16/07/2020	Sim	0%
Heraldo Gilberto de Oliveira		Conselho Fiscal	26/04/2022	31/12/2023	0
454.094.479-72	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	26/04/2022	Sim	0%
Guillermo Oscar Braunbeck		Conselho Fiscal	26/04/2022	31/12/2023	0
106.627.498-39	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	26/04/2022	Sim	0%
Artemio Bertholini		Conselho Fiscal	26/04/2022	31/12/2023	0
095.365.318-87	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	26/04/2022	Sim	0%
Nelson Satio Bito		Conselho Fiscal	26/04/2022	31/12/2023	0
005.144.258-22	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	26/04/2022	Sim	0%
Fabio Luiz Talavera Tolin		Conselho Fiscal	26/04/2022	31/12/2023	0
216.892.958-05	Engenheiro	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	26/04/2022	Sim	0%
Maurício Carlos Machado Júnior		Conselho Fiscal	26/04/2022	31/12/2023	0
098.960.206-04	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	26/04/2022	Sim	0%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Elio Pereira da Silva - 128.101.388-93

Ocupou o cargo de Gerente de Engenharia até julho de 2020, data em que foi nomeado Diretor da Companhia. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Fabiano Lobo de Moraes - 157.433.518-99

Formado em Administração de empresas graduado pela Faculdade Metropolitana Unidas e formado em Ciências Contábeis pela universidade Paulista. Principais experiências profissionais dos últimos 10 anos ocupou o cargo de gestão nesta companhia. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Antonio Farina - 064.559.088-64

Engenheiro graduado pela FEI. Exerceu função comercial na Ferrostall do Brasil, multinacional alemã (1995). Possui experiência no mercado de ações, como analista de investimento, e também como investidor em diversas empresas desde 1990. Foi conselheiro de administração (suplente) na empresa Paranapanema; participa como minoritário nas empresas Paranapanema e Metalúrgica Wetzell. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Susan Jane Mangels Cox - 011.652.288-74

Professora. Bachelor of Science in Education da Miami University, Oxford, Ohio. Trabalhou em diversas escolas, tais como: St. Nicholas School - São Paulo, Brasil; Yew Chung International School - Hong Kong, China; Escola Graduada de São Paulo - São Paulo, Brasil; Four Seasons - Hamamatsu, Japão; Associação Alumni - São Paulo, Brasil; International School of Bucharest – România; English School Fahaheel – Kuwait. Membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Cristine Mangels Vieira - 102.120.011-59

Graduada em Marketing, com trajetória profissional construída em empresas como Find Your Influence - Marketing em Mídias Sociais. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Alan Robert Mangels - 214.810.228-14

Graduado em Engenharia Aeroespacial (University of Michigan), Master em Mercado Latino Americano (The Lauder Institute – University of Pennsylvania) e MBA em Administração e Finanças (University of Pennsylvania – The Wharton School). Com trajetória profissional construída em empresas como Rolls-Royce North America, Airbus e Deloitte, Alan ingressou na Mangels Industrial S.A. como Diretor Comercial em fevereiro de 2015, reportando-se ao Conselho de Administração. Em janeiro de 2017, tornou-se também Diretor de Operações, com foco nas atividades industriais de Três Corações/MG, cargo ocupado até abril de 2018, data em que se tornou membro do Conselho de Administração. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Robert Max Mangels - 939.718.508-04

Engenheiro mecânico formado pela Pennsylvania State University, com Mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Wharton School University of Pennsylvania. Ingressou na Mangels em 1978. Foi Diretor-Financeiro da Empresa de 1985 a 1989, passando por vários cargos executivos, entre eles Diretor-Administrativo-Financeiro da Divisão Aços e Superintendente da Divisão Laminação de Baixo Carbono. Ocupou o cargo de Diretor-Presidente durante o período de 1989 a 2015. Exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 1991. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Mark Ross Mangels - 939.718.428-87

Engenheiro Mecânico pela Faculdade de Engenharia Industrial FEI e pós-graduado em Administração de Empresas na Getúlio Vargas – CEAG. Trabalhou em diversas empresas, entre elas: Empresa de Engenharia Industrial Sobenial/Planind, Coldex Trane com treinamento de 8 meses em La Crosse WI - EUA, Caterpillar Brasil Vendas/Marketing com treinamento de 2 anos em Peoria IL EUA e como Gerente de Vendas na Mangels Industrial por 11 anos e durante 4 anos gerenciou a filial nos EUA. Proprietário de uma loja de franquias Learning Express em Nova Jersey por 5 anos e em Chandler Arizona por 3 anos. Presidente da Be Cool por 7 anos. Be Cool Inc.: empresa de distribuição e marketing de radiadores e acessórios no mercado automotivo para veículos antigos. Vice Presidente do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Heraldo Gilberto de Oliveira - 454.094.479-72

Guillermo Oscar Braunbeck - 106.627.498-39

Artemio Bertholini - 095.365.318-87

Nelson Satio Bito - 005.144.258-22

Fabio Luiz Talavera Tolin - 216.892.958-05

Maurício Carlos Machado Júnior - 098.960.206-04

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Elio Pereira da Silva - 128.101.388-93 N/A	N/A
Fabiano Lobo de Moraes - 157.433.518-99 N/A	N/A
Antonio Farina - 064.559.088-64 N/A	
Susan Jane Mangels Cox - 011.652.288-74 N/A	
Cristine Mangels Vieira - 102.120.011-59 N/A	
Alan Robert Mangels - 214.810.228-14 N/A	
Robert Max Mangels - 939.718.508-04 N/A	
Mark Ross Mangels - 939.718.428-87 N/A	
Heraldo Gilberto de Oliveira - 454.094.479-72 N/A	N/A
Guillermo Oscar Braunbeck - 106.627.498-39 N/A	N/A
Artemio Bertholini - 095.365.318-87 N/A	N/A
Nelson Satio Bito - 005.144.258-22 N/A	N/A
Fabio Luiz Talavera Tolin - 216.892.958-05 N/A	N/A

Maurício Carlos Machado Júnior - 098.960.206-04

N/A

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Foi instalado o Comitê de Recursos Humanos composto pelo Conselho de Administração e diretores estatutários.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alan Robert Mangels Conselheiro do Conselho de Administração	214.810.228-14	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Pessoa relacionada

Cristine Mangels Vieira

102.120.011-59 Mangels Industrial S.A

61.065.298/0001-02

Conselheira de Administração

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021Administrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Mangels S.A.

50.604.750/0001-40

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Tecnopar S.A

53.854.394/0001-01

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Shorewood S.A

05.629.235/0001-60

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Mangels S.A. Diretor	50.604.750/0001-40		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Tecnopar S.A. Diretor	53.854.394/0001-01		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Shorewood S.A. Diretor	05.629.235/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Mangels S.A. Diretor	50.604.750/0001-40		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Tecnopar S.A Diretor	53.854.394/0001-01		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Shorewood S.A Diretor	05.629.235/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Shorewood S.A Diretor	05.629.235/0001-60		
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<hr/>			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

A Companhia e suas controladas mantem uma apólice de seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores (D&O), as quais visam garantir aos administradores da Companhia e de suas controladas o pagamento ou o reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas funções. A apólice foi contratada pela Companhia com a seguradora Starr International Brasil Seguradora S.A. e está em vigor a partir 28 de junho de 2021 até 28 de junho de 2022. O limite máximo de garantia vigente é de R\$ 25 milhões (vinte e cinco milhões de reais).

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Mangels possui uma política de remuneração baseada em princípios de meritocracia, ressaltando a importância do desenvolvimento e gestão de suas pessoas com o objetivo de atrair e reter profissionais qualificados e talentosos que contribuam para a obtenção de resultados e atendimento aos planos estratégicos da Companhia.

A Companhia realiza periodicamente pesquisas salariais e estudos periódicos através de consultorias especializadas, de modo a praticar uma remuneração competitiva e compatível aos mercados nacional, regional e setorial.

A prática de remuneração dos Administradores leva em conta os riscos e responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor dos serviços no mercado e as qualificações.

b. Composição da remuneração, indicando:

1- Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a mediana de mercado. Os membros da Diretoria recebem parte da remuneração correspondente a um valor fixo mensal e parte em remuneração variável, adiante pormenorizada.

A remuneração dos administradores em cada um dos órgãos se dá da seguinte forma:

a) Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração recebem remuneração paga mensalmente a título de honorários, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração que são Diretores são remunerados apenas na função de Diretor.

b) Diretoria:

(b.1) os membros da Diretoria estatutária recebem remuneração paga mensalmente a título de honorários, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração.

(b.2) Os membros da Diretoria não estatutária recebem remuneração paga mensalmente incluindo o 13º salário.

Os diretores estatutários e não estatutários, além do salário mensal, recebem um valor a título de remuneração variável.

O Programa de Remuneração Variável está estruturado da seguinte forma:

SRV – Sistema de Remuneração Variável:

Compõem o SRV:

META GLOBAL o indicador é anualmente estabelecido pelo Conselho de Administração com o montante definido na aprovação do orçamento para o ano;

METAS INDIVIDUAIS são contratadas a partir do desdobramento das metas do superior imediato. Todos os elegíveis devem contratar 4 metas individuais com pesos proporcionais, definidos junto ao gestor e validados pelo comitê de SRV, bem como devem definir os indicadores para o acompanhamento.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

O gatilho para pagamento é o atingimento mínimo de 80% do indicador definido pelo Conselho de Administração para a meta global. Em caso de não atingimento do gatilho (meta global), as metas individuais serão consideradas para pagamento

c) Conselho Fiscal

Se instalado, a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal não será inferior a 10% da média atribuída a cada Diretor.

2. Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Da remuneração total dos Diretores e Estatutários reconhecida em **2021**, 65% corresponde a honorários fixos e 35% a remuneração variável.

3. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração fixa e a política de remuneração variável são periodicamente comparadas com o mercado através de pesquisas conduzidas por Consultorias Especializadas e ajustados quando necessário.

Regra geral a remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal quando instalado, é reajustada anualmente ou, em prazo menor se assim as condições da empresa e de mercado permitirem. A diretoria estatutária é reajustada uma vez por ano por ocasião da revisão salarial de mercado elaborada por Consultoria Especializada

A remuneração da Diretoria não estatutária é reajustada duas vezes ao ano:

a) considerando a data base e o índice de convenção coletiva da categoria sindical correspondente, e

b) por ocasião da revisão dos valores de mercado elaborado por Consultoria Especializada.

4. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração da Diretoria em fixa e variável estimula o desenvolvimento dos administradores e a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A possibilidade de ganhos acima da média de mercado atrai e retém os profissionais desejados pela Companhia.

5. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os administradores são remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido pelo sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O indicador financeiro EBTIDA foi o indicador financeiro considerado em 2021, bem como será considerado em 2022, para determinação da remuneração variável.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Anualmente o Conselho de Administração realiza o planejamento estratégico onde são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobrados por toda a organização sob forma de metas para as operações de negócios bem como metas individuais.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos Diretores são definidos pelo próprio Conselho de Administração assegurando, assim, atendimento aos interesses do emissor.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal (quando instalado) e da Diretoria é suportada pela Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Inexiste qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.577.632,00	2.907.557,00		4.485.189,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.577.632,00	2.907.557,00		4.485.189,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.577.632,20	1.928.932,24		3.506.564,44
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.577.632,20	1.928.932,24		3.506.564,44

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.382.105,00	2.031.728,00		3.413.833,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.382.105,00	2.031.728,00		3.413.833,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.382.106,00	2.008.637,00		3.390.743,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.382.106,00	2.008.637,00		3.390.743,00

13.3 - Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal quando instalado não fazem jus ao Sistema de Remuneração variável.

Remuneração variável no exercício de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 345.922	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.390.689	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.547.517	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.390.688	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão**13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão**

Ações emitidas pela Companhia e detidas em 31.12.2021		
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	24	881.949

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Não aplicável, pois não há planos de previdência em vigor conferidos aos administradores.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	6,00	6,00	5,00	0,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	6,00	6,00	5,00	0,00	0,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	2.446.602,00	3.087.986,00	2.937.527,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	21.390,00
Valor da menor remuneraçãoReal	460.956,00	491.260,00	370.235,00	195.526,00	195.526,00	195.526,00	0,00	0,00	21.390,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.453.779,00	1.789.623,00	1.653.881,00	397.763,00	397.763,00	397.763,00	0,00	0,00	21.390,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não aplicável, pois a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não se aplica.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada**13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada**

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Todas as informações relevantes já foram informadas nos itens anteriores.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. Número de empregados**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Total	<u>2.019</u>	<u>1.930</u>	<u>1.904</u>

b. Número de terceirizados

Não se aplica

c. Índice de Rotatividade**Indicadores de RH – Turn Over Geral**

31/12/2021

Colaboradores	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Cilindros+Req.</u>	<u>Rodas</u>	<u>SBC</u>	<u>Total</u>
	16	637	1.316	25	1.994
Demissões	3	64	206	6	279
Turn Over Acumulado 2021	<u>18,75%</u>	<u>10,05%</u>	<u>15,65%</u>	<u>24,00%</u>	<u>13,99%</u>

31/12/2020

Colaboradores	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Cilindros+Req.</u>	<u>Rodas</u>	<u>SBC</u>	<u>Total</u>
	16	589	1.068	59	1.732
Demissões	1	80	59	1	141
Turn Over Acumulado 2020	<u>6,25%</u>	<u>13,58%</u>	<u>5,52%</u>	<u>1,69%</u>	<u>8,14%</u>

31/12/2019

Colaboradores	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Cilindros+Req.</u>	<u>Rodas</u>	<u>SBC</u>	<u>Total</u>
	16	569	1.096	57	1.738
Demissões	1	54	128	2	185
Turn Over Acumulado 2019	<u>6,25%</u>	<u>9,49%</u>	<u>11,68%</u>	<u>3,51%</u>	<u>10,64%</u>

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 – Alterações relevantes – Rec. humanos

Mesmo diante das instabilidades geradas pela pandemia, a Companhia se readaptou diante dos imprevistos.

Como resultado de campanhas internas atingimos o engajamento de 100% dos colaboradores no sistema vacinal.

As áreas fabris continuaram ativas em pleno funcionamento sempre respeitando os protocolos, medidas protetivas de higienização e segurança dos colaboradores, para isto disponibilizamos especialistas, estruturas, recursos como suporte.

Diante de novas variantes e riscos iminentes no aumento da infecção e também como forma de preservar a nossa linha produtiva, o home office passou a ser uma opção.

A Companhia sempre adotou o recomendado pelas as diretrizes, pareceres e indicadores locais de saúde das unidades.

Mesmo neste cenário de rápidas mudanças, geradas pela pandemia do covid-19, encontramos maneiras sustentáveis de crescimento estratégico, economicamente viáveis e socialmente justas.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 – Política remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A **Política de Remuneração** da Companhia estabelece como objetivo remunerar todos os colaboradores independentemente de gênero, religião, cor, nacionalidade, idade, sexo, deficiência ou quaisquer outros motivos que possam ser discriminatórios, conforme especificado em seu Código de Conduta.

Esta política envolve 3 categorias de profissionais: operacionais, administrativos e executivos e para todas são praticadas as referências salariais baseadas em pesquisas de mercado conforme descrito no item 13.1.

Os aumentos salariais são aplicados nas seguintes formas:

Coletiva: corresponde aos reajustes sobre os salários decorrentes de negociações como Convenções / Acordos / Dissídios Coletivos, onde são fixados os índices de aplicação para todos os colaboradores e outras cláusulas de caráter econômico e sociais comuns a todos colaboradores.

Individual: concedido de forma espontânea, baseado na análise de critérios individuais como: desempenho, formação, conhecimento técnico aplicado dentre outros e são classificados como enquadramento, promoção ou mérito.

A **Política de Remuneração Variável** estabelece procedimentos e critérios pertinentes ao Sistema de Remuneração Variável Mangels – SRV como uma ferramenta para motivar, reter e engajar executivos às estratégias da empresa bem como reconhecer e bonificar os resultados alcançados de forma coletiva e individual.

Elegíveis:

Diretor-Presidente, Estatutários, Diretores, Gerentes, Supervisores, Coordenadores e Especialistas.

Compõem o SRV:

META GLOBAL o indicador é anualmente estabelecido pelo Conselho de Administração com o montante definido na aprovação do orçamento para o ano;

METAS INDIVIDUAIS são contratadas a partir do desdobramento das metas do superior imediato. Todos os elegíveis devem contratar 4 metas individuais com pesos proporcionais, definidos junto ao gestor e validados pelo comitê de SRV, bem como devem definir os indicadores para o acompanhamento.

A participação dos elegíveis é calculada de acordo com a seguinte tabela:

METAS	ELEGÍVEIS						
	DIRETOR PRESIDENTE	DIRETOR ESTATUTÁRIO	DIRETOR	GERENTE	SUPERVISOR	COORDENADOR	ESPECIALISTA / EXECUTIVO DE CONTAS
META GLOBAL EBITDA CONSOLIDADO	60%	60%	60%	50%	50%	40%	40%
METAS INDIVIDUAIS	40%	40%	40%	50%	50%	60%	60%
SOMATÓRIAS	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A apuração final das metas é realizada por um Comitê mediante apresentação de comprovantes que sustentem os resultados alcançados quando da apuração das metas.

O gatilho para pagamento é o atingimento mínimo de 80% do indicador definido pelo Conselho de Administração para a meta global. Em caso de não atingimento do gatilho (meta global), as metas individuais serão consideradas para pagamento.

Para os demais empregados, a remuneração variável está relacionada à negociação anual de PLR com os respectivos sindicatos.

b. Benefícios

Com o intuito de favorecer o bem-estar e a retenção de seus colaboradores a Companhia concede os benefícios abaixo que são definidos em sua política para cada categoria profissional (operacionais, administrativos e executivos):

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Assistência médica, assistência odontológica, convênio com farmácia, seguro de vida, restaurante interno ou vale-refeição, vale transporte, vale-alimentação, cesta de Natal, brinquedos para filhos, convênio com instituições de ensino, material escolar, empréstimo consignado, veículo, auxílio combustível e telefone celular

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

A empresa não adota esse tipo de remuneração aos empregados não administradores.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 - Relações emissor / sindicatos

A Empresa mantém bom relacionamento com os Sindicatos. As negociações buscam o equilíbrio entre os interesses da Empresa e dos colaboradores.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Na instabilidade da pandemia não houve grandes dificuldades em readaptação diante dos imprevistos, visto nossa prioridade ser a Vida e Saúde de nosso maior ativo, nossos colaboradores e seus familiares. Conseguimos o engajamento no sistema vacinal de 100% dos colaboradores. O desafio é coletivo e todos estão empenhados.

As áreas fabris continuaram ativas em pleno funcionamento sempre respeitando os protocolos, medidas protetivas de higienização e segurança dos colaboradores. Para isto disponibilizamos especialistas, estruturas, recursos e apoio como suporte.

Nossa área administrativa conseguiu adaptar-se facilmente aos imprevistos. Priorizamos o trabalho presencial como forma de estarmos sempre alinhados aos nossos colaboradores e assim alcançar resultados mais eficazes, mas diante de novas variantes e riscos iminentes no aumento da infecção e também como forma de preservar a nossa linha produtiva, o home office passou a ser uma opção.

Sempre obedecendo as diretrizes, pareceres e indicadores locais de saúde das unidades Mangels.

Mesmo neste cenário de rápidas mudanças, criados pela pandemia do covid-19, conseguimos encontrar maneiras sustentáveis de crescimento de forma estratégica, economicamente viáveis e socialmente justas.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
André Ricardo Beim						
855.768.408-87	Brasileira	Não	Não	19/11/2020		
0	0,000	303.200	8,160	303.200	5,240	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
CLUBE DE INVESTIMENTO VALORE						
07.398.433/0001-96	Brasileira	Não	Não	17/12/2020		
0	0,000	332.500	8,950	332.500	5,750	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
José Antonio Bortoluzzo Neto						
039.819.088-72	Brasileira	Não	Não	01/06/2016		
0	0,000	400.000	10,760	400.000	6,920	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mangels S.A.						
50.604.750/0001-40	Brasileira	Não	Sim	01/06/2016		
2.065.672	99,920	55	0,000	2.065.727	35,720	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Organon Master FIA						
38.251.507/0001-90	Brasileira	Não	Não	31/12/2020		
0	0,000	409.500	11,020	409.500	7,080	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
1.547	0,080	1.105.965	29,770	1.107.512	19,150	
Robert Max Mangels						
939.718.508-04	Brasileira	Não	Não	19/07/2016		
24	0,000	881.949	23,730	881.973	15,250	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TOTAL						
2.067.243	100,000	3.715.969	100,000	5.783.212	100,000	
Valmir Rendolh Celestino						
065.178.578-26	Brasileira	Não	Não	31/12/2021		
0	0,000	282.800	7,610	282.800	4,890	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mangels S.A.				50.604.750/0001-40		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Robert Max Mangels						
939.718.508-04	Brasileira	Não	Não			
0	0,000	1.000	0,014	1.000	0,008	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Tecnopar S.A						
53.854.394/0001-01	Brasileira	Não	Sim	31/03/2011		
5.133.792	100,000	7.093.000	99,986	12.226.792	99,992	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
5.133.792	100,000	7.094.000	100,000	12.227.792	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Tecnopar S.A				53.854.394/0001-01	
Anita Mangels					
001.515.488-20		Não	Não		
117.002.592	20,682	0	0,000	117.002.592	20,682
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Daniel A Chinellato					
379.497.438-75		Não	Não		
12.728.853	2,250	0	0,000	12.728.853	2,250
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Raphael A Chinellato					
379.497.428-01		Não	Não		
12.728.853	2,250	0	0,000	12.728.853	2,250
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Tecnopar S.A				53.854.394/0001-01	
Shorewood S.A					
05.629.235/0001-60	Brasileira	Não	Sim	31/03/2011	
397.808.796	70,318	0	0,000	397.808.796	70,318
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Silvia Regina A Chinellato					
084.996.748-10		Não	Não		
25.457.706	4,500	0	0,000	25.457.706	4,500
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
565.726.800	100,000	0	0,000	565.726.800	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Shorewood S.A				05.629.235/0001-60	
Mark Ross Mangels					
939.718.428-87	Brasileira	Não	Não		
2.727.955	33,333	0	0,000	2.727.955	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Robert Max Mangels					
939.718.508-04	Brasileira	Não	Não		
2.727.955	33,334	0	0,000	2.727.955	33,334
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Susan Jane Mangels Cox					
011.652.288-74	Brasileira	Não	Não		
2.727.955	33,333	0	0,000	2.727.955	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Shorewood S.A				05.629.235/0001-60		
TOTAL						
8.183.865	100,000	0	0,000	8.183.865	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	26/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física Unidade	1.311
Quantidade acionistas pessoa jurídica Unidade	17
Quantidade investidores institucionais Unidade	9

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias Unidade	1.547	0,080%
Quantidade preferenciais Unidade	2.833.965	76,270%
Total	2.835.512	49,030%

15. Controle econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo		
Shorewood S.A.	Acionistas	Shareholders
	Robert Max Mangels	33,33%
	Mark Ross Mangels	33,33%
	Susan Jane Mangels Cox	33,33%
	Total:	100%
Tecnopar Administradora S.A.	Acionistas	Shareholders
	Shorewood S.A.	70,32%
	Anita Mangels	20,68%
	Outros	9,00%
	Total:	100%
Mangels S.A.	Acionistas	Shareholders
	Tecnopar Administradora S.A.	99,99%
	Robert Max Mangels	0,01%
	Total:	100%
Mangels Industrial S.A.	Acionistas	Shareholders
	Porc. de ações ordinárias - Mangels S.A.	99,92%
	Porc. de ações ordinárias - Outros	0,08%
	Quantidade de ações ordinárias	2.067.243
	Porc. de ações preferenciais - Maiores acionistas	70,23%
	Porcentagem de ações preferenciais - Outros	29,77%
	Quantidade de ações preferenciais	3.715.969
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Quotista	Quotaholders
	Mangels Industrial S.A.	99,99%
	Mangels S.A.	0,01%
	Total:	100%
E. Koga & Cia Ltda.	Quotista	Quotaholders
	Mangels Industrial S.A.	99,99%
	Mangels S.A.	0,01%
	Total:	100%

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Não se aplica.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Não se aplica.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram operações societárias descritas neste item.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Demais informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.**16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas**

As transações com partes relacionadas e a Companhia são sempre realizadas com a observância dos preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes. Além disso, as operações realizadas pela Companhia, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Empresa.

Sobre saldos de mútuo, resultante da política centralizada de caixa da Companhia, incidem encargos de mercado. Estes contratos não apresentam prazo de vencimento.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
E Koga & Cia Ltda.	31/12/2021	0,00	6.739.259,89- A receber	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não há cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	31/12/2021	0,00	21.725.429,64 - A receber	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não ha cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

As transações com partes relacionadas observam as disposições legais, em especial o artigo 245 da Lei 6404/76, que estabelece: “Os administradores não podem, em prejuízo da companhia, favorecer sociedade coligada, controladora ou controlada, cumprindo-lhes zelar para que as operações entre as sociedades, se houver, observem condições estritamente comutativas, ou com pagamento compensatório adequado; e respondem perante a companhia pelas perdas e danos resultantes de atos praticados com infração ao disposto neste artigo”.

Os contratos estabelecem a incidência de juros sobre o saldo devedor, calculados pela variação dos Certificados de Depósito Bancário – CDI.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Integralizado				
01/06/2016	171.272.996,71		2.067.243	3.715.969	5.783.212

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais, não houve aumento de capital.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação Unidade			Quantidade de ações depois da aprovação Unidade		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
26/04/2022	2,067,243	3,715,969	5,783,212	2,067,243	3,715,969	5,783,212

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital nos três últimos exercícios sociais.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias terão direito a dividendos. Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias tem o direito de reembolso de capital, respeitando que as ações preferenciais terão prioridade.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não descritas nos tópicos anteriores
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais terão direito a dividendos, observando-se que as preferenciais terão as seguintes vantagens: a) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; b) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; c) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza. Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não descritas nos tópicos anteriores
<hr/>	

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

O Estatuto Social da Companhia não limita o direito de voto de acionistas ou os obriga a realizar oferta pública.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

O Estatuto Social da Companhia não prevê exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social 31/12/2021

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2021	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.200	8,87	8,43	R\$ por Unidade	8,65
30/06/2021	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.400	19,80	19,30	R\$ por Unidade	19,55
30/09/2021	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.100	18,94	16,60	R\$ por Unidade	17,77
31/12/2021	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	14,70	14,70	R\$ por Unidade	14,70

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram emitidos outros valores mobiliários pela Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram emitidos outros valores mobiliários pela Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

Os valores mobiliários da Companhia são negociados na BM&F BOVESPA, sendo suas ações ordinárias negociadas sob o código “MGEL3” e suas ações preferenciais negociadas sob o código “MGEL4”.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os valores mobiliários da Companhia não são admitidos a negociação em mercado estrangeiro.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve títulos emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Nos últimos três exercícios sociais não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Nos últimos três exercícios sociais não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Nos últimos três exercícios sociais não houve ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, não houve plano de recompra de ações.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram mantidos valores mobiliários em tesouraria.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	14/06/2002
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Diretor Presidente, Diretor de Finanças e Administração, Diretor de Relações com Investidores, Diretores, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal

Principais características e locais de consulta

1. A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, aprovar a política de negociação das ações de sua emissão por ela própria, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária. 1.1. A política de negociação referida no item 1 não poderá ser aprovada ou alterada na pendência de ato ou fato relevante ainda não divulgado, e deverá contar com a adesão expressa das pessoas mencionadas no item 1 que queiram dela se beneficiar, as quais deverão observá-la estritamente.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>1. Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.</p> <p>1.1. A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.</p> <p>1.2. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a vedação do item 1 se aplica também aos administradores que se afastem da administração da companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.</p> <p>1.3. A vedação do item 1 também prevalecerá : a. se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e b. em relação aos acionistas controladores diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da companhia pela própria companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.</p> <p>1.4. Também é vedada a negociação pelas pessoas mencionadas no item 1 no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e FR) da companhia.</p> <p>1.5. As vedações previstas nos itens 1, 1.1, 1.2 e 1.3, letra "a" deixarão de vigorar tão logo a companhia divulgue o fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.</p> <p>1.6. A vedação prevista no item 1 não se aplica à aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral.2. Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública através da publicação de fato relevante, o conselho de administração da companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão.</p>
--	---

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Todas as informações relevantes já foram mencionadas nos itens anteriores.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A Companhia possui Política de divulgação e uso de informações sobre atos ou fatos relevantes, da qual destacamos as seguintes normas:

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM OFERTAS PÚBLICAS

1. Imediatamente após deliberar realizar oferta pública que dependa de registro na CVM, o ofertante deverá divulgar a quantidade de valores mobiliários a serem adquiridos ou alienados, o preço, as condições de pagamento e demais condições a que estiver sujeita a oferta, nos termos do item 1 do Tópico II da Política de Divulgação.

1.1. O disposto no item 1 não se aplica ao procedimento de análise preliminar confidencial para pedidos de registro de distribuição pública de valores mobiliários, nos termos da regulamentação em vigor.

1.2. Caso a realização da oferta pública esteja sujeita ao implemento de condições, fica o ofertante obrigado a divulgar aviso de fato relevante, sempre que tais condições se verificarem, esclarecendo se mantém a oferta, e em que condições, ou se ela perderá sua eficácia.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA ALIENAÇÃO DE CONTROLE

1. O adquirente do controle acionário de companhia aberta deverá divulgar fato relevante e realizar as comunicações de que trata o item 1 do tópico II, da Política de Divulgação, na forma ali prevista.

1.1. A comunicação e a divulgação referidas no item 1 deverão contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome e qualificação do adquirente, bem como um breve resumo acerca dos setores de atuação e atividades por ele desenvolvidas;

II - nome e qualificação do alienante, inclusive indireto, se houver;

III - preço, total e o atribuído por ação de cada espécie e classe, forma de pagamento e demais características e condições relevantes do negócio;

IV - objetivo da aquisição, indicando, no caso do adquirente ser companhia aberta, os efeitos esperados em seus negócios;

V - número e percentual de ações adquiridas, por espécie e classe, em relação ao capital votante e total;

VI - indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia;

VII - declaração quanto à intenção de promover, ou não, no prazo de um ano, o cancelamento do registro da companhia aberta; e

VIII - outras informações relevantes referentes a planos futuros na condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover na companhia, em especial reestruturação societária envolvendo fusão, cisão ou incorporação.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE NEGOCIAÇÕES DE ADMINISTRADORES E PESSOAS LIGADAS

1. Os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ficam obrigados a comunicar à companhia, através do Diretor de Relações com Investidores, e este à CVM, e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações em suas posições (modelos de comunicação – Anexos II e III) da Política de Divulgação.

1.1. A comunicação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome e qualificação do comunicante, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

II - quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e
III - forma, preço e data das transações.

1.2. Os diretores, os membros do conselho de administração, os membros do conselho fiscal e os de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão efetuar a comunicação de que trata o item 1 imediatamente após a investidura no cargo ou quando da apresentação da documentação para o registro da companhia como aberta, e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período.

1.3. As pessoas naturais indicarão, ainda, os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE, E SOBRE NEGOCIAÇÕES DE CONTROLADORES E ACIONISTAS

1. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta, deve enviar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, assim como divulgar, nos termos do item 1 do tópico II, da Política de Divulgação, declaração contendo as seguintes informações:

I - nome e qualificação do adquirente, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

II - objetivo da participação e quantidade visada;

III - número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, já detidos, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada;

IV - número de debêntures conversíveis em ações, já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; e

V - indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

1.1. Está igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior ao percentual referido no item 1 deste tópico, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da companhia.

1.2. As obrigações previstas nos itens 1 e 1.1 se estendem também à aquisição de quaisquer direitos sobre as ações e demais valores mobiliários ali mencionados.

1.3. A comunicação à CVM, e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, será feita imediatamente após ser alcançada a participação referida no item 1 deste tópico.

1.4. As pessoas mencionadas no item 1 deste tópico também deverão informar a alienação ou a extinção de ações e demais valores mobiliários mencionados neste tópico, ou de direitos sobre eles, a cada vez que tal alienação ou extinção atingir o percentual referido no item 1.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

1.5. A CVM poderá autorizar a dispensa da divulgação pela imprensa, em face do grau de dispersão das ações da companhia no mercado, e da declaração do adquirente de que suas compras não objetivam alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade, desde que assegurada a efetiva publicidade por meio de divulgação julgado satisfatório pela CVM.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A divulgação de ato ou fato relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento. Dessa forma, impede-se o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

A Instrução CVM 358/02 criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Determinou que é de competência do Conselho de Administração a adoção de política de divulgação de ato ou fato relevante, contemplando procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas. Atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante.

DEFINIÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

1. Considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da Assembléia Geral, do Conselho de Administração, da Diretoria, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

I - na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados;

II - na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;

III - na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia ou a eles referenciados.

2. Observada a definição no item 1, são exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, dentre outros, os seguintes:

I - assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;

II - mudança no controle da companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;

III - celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da companhia;

IV - ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;

V - autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;

VI - decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta;

VII - incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou empresas ligadas;

VIII - transformação ou dissolução da companhia;

IX - mudança na composição do patrimônio da companhia;

X - mudança de critérios contábeis;

XI - renegociação de dívidas;

XII - aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;

XIII - alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela companhia;

XIV - desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;

XV - aquisição de ações da companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;

XVI - lucro ou prejuízo da companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;

XVII - celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;

XVIII - aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;

XIX - início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;

XX - descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da companhia;

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

XXI - modificação de projeções divulgadas pela companhia;

XXII - requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da companhia.

DEVERES E RESPONSABILIDADES NA DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

1. Cumpre ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

2. Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

2.1. Se o Diretor de Relações com Investidores entender que o fato não precisa ser divulgado, e, após expor suas razões, não convencer a pessoa que reportou o fato e solicitou sua divulgação poderá:

I – para evitar dúvidas ou questionamentos, e desde que não exista motivo significativo que suporte atitude contrária, divulgar o fato;

II – se entender que existe motivo significativo para não divulgar o fato, poderá consultar previamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente Executivo e eventualmente solicitar parecer de advogados, sendo certo contudo que a decisão final caberá ao Diretor de Relações com Investidores por ser ele o responsável indicado na Instrução CVM 358/02;

III – se decidido que o fato não será divulgado, a pessoa que inicialmente reportou o fato terá o direito de, entendendo ser injustificada a decisão de não divulgação, comunicar o fato à CVM de modo a eximir-se de responsabilidade.

2.2. Se o Diretor de Relações com Investidores entender que é necessário solicitar exceção à CVM por conta de risco à companhia em caso de divulgação, poderá consultar previamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente Executivo e eventualmente solicitar parecer de advogados, cabendo, contudo sempre ao Diretor de Relações com Investidores decidir se deve ou não ser solicitado regime de exceção à CVM. Se, entretanto, a pessoa que reportou o fato entender que não é caso de regime de exceção poderá proceder conforme disposto no item 2 do tópico III da Política de Divulgação.

3. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

3.1. A divulgação deverá se dar através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores - Internet, onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.

3.2. A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação resumida referida no item anterior, devem ser feitas de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

4. Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciado, o Diretor de Relações com Investidores deverá

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

5. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.

5.1. Caso os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação simultânea em mercados de diferentes países, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios em ambos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

5.2. Caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar, sempre simultaneamente às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado, nacionais e estrangeiras, em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

5.3. A suspensão de negociação a que se refere o item anterior não será levada a efeito no Brasil enquanto estiver em funcionamento bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado de outro país em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, e em tal bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado os negócios com aqueles valores mobiliários não estiverem suspensos.

6. Cumpre aos acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

6.1. Somente é permitido mencionar o ato ou fato relevante quando estritamente necessário no curso dos negócios da companhia. Neste caso, as pessoas para as quais são transmitidas a informação devem ser imediatamente avisadas do sigilo envolvido.

6.2. Aquele que transmitir informações relevantes ainda não divulgadas em função de necessidade no curso dos negócios da companhia poderá, além de avisar sobre o sigilo envolvido, solicitar que os destinatários da informação assinem declaração por escrito nesse sentido.

7. É vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários.

8. A Companhia deverá comunicar formalmente os termos da Política aos acionistas controladores e às pessoas que ocupem ou venham a ocupar as funções referidas no item 2 delas obtendo a respectiva adesão formal, em instrumento que deverá ser arquivado na sede da companhia enquanto a pessoa com ela mantiver vínculo, e por cinco anos, no mínimo, após o seu desligamento.

8.1. A Companhia deverá manter em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas mencionadas no item 2 e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

8.2. A política de divulgação de informações poderá ser consultada no site da Companhia (www.mangels.com.br) e também no site da CVM (www.cvm.gov.br).

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia, possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.